

FACULDADE EDUFOR
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

GLEYSIANE MARIA GAMA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**IMPACTOS DO PROGRAMA MELHOR IDADE NA QUALIDADE DA PESSOA
IDOSA: uma análise a partir das atividades desenvolvidas pelo instituto de
todo coração em São Luís - MA**



São Luís

2022

GLEYSIANE MARIA GAMA

**IMPACTOS DO PROGRAMA MELHOR IDADE NA QUALIDADE DE VIDA DA
PESSOA IDOSA: uma análise a partir das atividades desenvolvidas pelo
Instituto Social de Todo Coração em São Luís - MA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Serviço Social da Faculdade Edufor como requisito para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Orientador(a): Prof. Me. Izamara Nunes Sousa

São Luís

2022

G184i Gama, Gleysiane Maria

Impactos do programa melhor idade na qualidade de vida da pessoa idosa: uma análise a partir das atividades desenvolvidas pelo Instituto de Todo Coração em São Luís – MA / Gleysiane Maria Gama — São Luís: Faculdade Edufor, 2022.

61 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (SERVIÇO SOCIAL) — Faculdade Edufor - São Luís, 2022.

Orientador(a): Izamara Nunes Sousa

1. Assistente Social. 2. Pessoa idosa. 3. Qualidade de vida. I. Título.

FACULDADE EDUFOR SÃO LUÍS

CDU 342.7-053.89(812.1)

GLEYSIANE MARIA GAMA

**IMPACTOS DO PROGRAMA MELHOR IDADE NA QUALIDADE DE VIDA DA
PESSOA IDOSA: uma análise a partir das atividades desenvolvidas pelo
Instituto de Todo Coração em São Luís - MA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Serviço Social da Faculdade Edufor como requisito para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Aprovada em: / / 2022.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Me. Izamara Nunes Sousa (orientadora)
Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e
Regional - UEMA

Profa. Me. Aylana Cristina Rabelo Silva
Mestra em Desenvolvimento Socioespacial e
Regional - UEMA

Prof. Paulo de Jesus Pereira Neto
Graduação em Direito –
Universidade CEUMA

Dedico este trabalho aos meus avós maternos Paula Gama e Daniel dos Santos (*in memoriam*), que guardo em meu coração as melhores lembranças dos momentos em que estivemos juntos e jamais os esquecerei.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço ao meu Deus que possibilitou a minha chegada até aqui, não foi fácil, mas mesmo diante de tantas adversidades me deu forças e me sustentou em cada momento para que eu não desistisse.

Agradeço ao meu esposo Christian Batista, meu alicerce aqui na terra, que nunca mediu esforços para fazer eu acreditar que seria capaz, mesmo quando eu mesma cheguei a desacreditar e trilhou junto comigo cada momento da minha graduação. Muito obrigado por nossa parceria, por estar ao meu lado sempre e cuidar da nossa família.

Aos meus filhos Lucas Gabriel e Luan Gabriel, meus amores, que entendem desde cedo a importância da educação em nossas vidas e compreenderam que em muitos momentos precisei estar ausente para alcançar um objetivo maior.

A minha mãe Maria Ribamar Gama, ao meu pai Nelson Pereira e todos os meus irmãos e familiares que direta ou indiretamente fazem parte desta conquista.

A minha orientadora Izamara Nunes e todas/os professores que fizeram parte deste processo ao longo destes anos de graduação.

A Christiane Lima, coordenadora e professora do Curso de Serviço Social, pessoa dedicada e comprometida a buscar sempre o melhor para seus alunos/as.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que fazem parte do Instituto Social de Todo Coração pela oportunidade de poder compartilhar momentos fundamentais para a realização deste trabalho.

“Quando a velhice chegar, aceite-a, ama-a. Ela é abundante em prazeres se souberes amá-la. Os anos que vão gradualmente declinando estão entre os mais doces da vida de um homem. Mesmo quando tenhas alcançado o limite extremo dos aos, estes ainda reservam prazeres.”

Sêneca

RESUMO

Este trabalho se refere ao atendimento realizado pelo Instituto Social de Todo Coração às pessoas idosas como espaço de convivência social. Busca compreender os conceitos de velhice e envelhecimento, faz um resgate aos direitos da pessoa idosa adquiridos ao longo do tempo como construção da cidadania. Faz-se necessário explanar também a respeito do Instituto como organização não governamental que faz parte do chamado Terceiro Setor e, entre muitas dificuldades apresentadas, se destaca a falta do/a assistente social como profissional fundamental no atendimento e mediação das demandas, já que este presta um apoio voluntário na instituição e, portanto, não atua de maneira efetiva, o que causa grandes desafios a serem enfrentados pelo Serviço Social na garantia de direitos sociais à população em mais um espaço de atuação sócio-ocupacional. A presente pesquisa tem como objetivo geral destacar a importância dos espaços de convivência contribuindo assim para um melhor processo de envelhecimento. A metodologia utilizada está baseada em pesquisas bibliográficas e qualitativa. Com o estudo apresentado espera-se contribuir com a temática acerca do processo de envelhecimento populacional e a qualidade de vida para a pessoa idosa.

Palavras-chave: Assistente Social; pessoa idosa; qualidade de vida

ABSTRACT

This work refers to the service provided by the Instituto Social de Todo Coração to home-based people as a space for connivance. It seeks to understand the concepts of old age and aging, makes a rescue to the rights of the person acquired over time as a construction of citizenship. It is also necessary to explain about the Institute as an organization that is not part of the so-called Third Government Service and, among many tools of the professional/social worker, fundamental in the attendance and media of the demands, since it provides voluntary support in the institution and, therefore, , acts effectively, not being the cause of great challenges to fulfill what Social Service causes in guaranteeing social rights to the population in yet another space of socio-occupational action. Its general objective is to highlight the importance of spaces of objective sought in a better aging process. A methodology used is based on bibliographic and qualitative research. With the study presented, it is expected to contribute to the theme of the population aging process and the quality of life for the elderly.

Keywords: Social Worker; elderly; quality of life

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar
PNI	Política nacional do Idoso
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 REFLEXÃO SOBRE CONCEITOS DE VELHICE E ENVELHECIMENTO.....	17
2.1 Envelhecimento populacional e qualidade de vida.....	20
2.2 Desafios na contemporaneidade e direitos adquiridos pela pessoa idosa na sociedade	26
3 INSTITUTO SOCIAL DE TODO CORAÇÃO: CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DO TERCEIRO SETOR NO BRASIL	36
3.1 O trabalho do Instituto de Todo Coração com as Pessoas Idosas	45
3.2 Serviço Social no campo de pesquisa: Crítica ao trabalho voluntário neste espaço sócio-ocupacional de atuação do assistente social.....	49
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS	55
APÊNDICE I.....	58
APÊNDICE II.....	59
APÊNDICE III.....	61

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso tem por finalidade abordar a questão do processo de envelhecimento na sociedade contemporânea e como este público vem sendo atendido nos espaços de convivência.

Além disso, por ser um público que carece de atenção por parte do Estado, o desenvolvimento de estudos relacionados à população idosa, enriquecem as possibilidades e o debate bibliográfico para a construção de mecanismos que instiguem a sociedade a pensar na relevância social que discutir a velhice e os processos que se relacionam com a temática é essencial para o amadurecimento de percepções dignas acerca da pessoa idosa e de sua qualidade de vida.

O país ao longo dos anos vem passando por inúmeras transformações no seu perfil demográfico com o aumento da população da terceira idade. O envelhecimento populacional ocorre individualmente, e é algo a ser repensado na sociedade brasileira, visto que a velhice tem representações, configurações e valores diversos ainda não incluídos nas práticas e/ou na produção de conhecimento (CARNEIRO, 2016 p.22).

O interesse pela temática deu-se a partir de atividade de Práticas de Extensão Universitária realizada juntamente ao Instituto Social de Todo Coração que fica localizado no Bairro da Cohab, cidade de São Luís – Maranhão, espaço destinado a desenvolver atividades, ações e projetos com a comunidade relacionada a educação, lazer entre outros abrangendo assim diferentes públicos, destacando aqui a pessoa idosa foco da pesquisa.

O objetivo geral da pesquisa é compreender as particularidades da atuação do Instituto Social “De todo Coração e como este promove momentos de interação e bem estar social colaborando no processo de envelhecimento com qualidade de vida realizado a partir do Programa Melhor Idade.

No intuito de explanar também percepções acerca da temática, como objetivos específicos faz-se necessário refletir sobre o trabalho de intervenção da profissional de Serviço Social frente aos projetos desenvolvidos na instituição, além de compreender a demanda da pessoa idosa neste espaço de convivência.

A metodologia utilizada para este trabalho está constituída de pesquisa qualitativa que de acordo com Mynaio (2002, pg.21) “A pesquisa qualitativa responde

a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado.” Havendo também pesquisa bibliográfica em material já elaborado que para Gil (2002, pg.44) “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado construído principalmente de livros e artigos científicos e entrevista realizada com a fundadora do Instituto, para efeito de preservar a identidade da entrevistada a chamaremos de entrevistada 1. A pesquisa de campo é extremamente significativa que possibilita se aproximar da realidade a qual estar sendo pesquisada, Gonçalves (2001, p.67) “ é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada”.

Este trabalho está estruturado da seguinte maneira: em seu primeiro capítulo será realizada uma análise acerca do conceito de velhice e envelhecimento. Em seu segundo capítulo visa compreender um melhor entendimento acerca do surgimento do Instituto Social de Todo Coração e o trabalho desenvolvido neste contexto social envolto de desafios e dificuldades e a busca por qualidade nos serviços prestados à população idosa atendida, bem como refletir sobre a importância do Serviço Social, para isso é importante destacar que foi realizada local utilizando a observação durante os encontros das pessoas idosas para melhor compreensão.

A questão do envelhecer traz consigo diferentes desafios na contemporaneidade. A Organização Mundial de Saúde (OMS) estabelece que são consideradas pessoas idosas quem possui 60 (sessenta) anos em países em desenvolvimento como é o caso do Brasil.

Sendo esta uma fase da vida do indivíduo em que deve ser garantido por parte do poder público a garantia de acesso aos direitos previstos na seguridade social o que se observa é que em meio as atuais conjunturas neoliberais que se encontra o cenário político do País o envelhecimento se torna objeto de preocupação uma vez que o acesso as políticas de direito vêm sendo fortemente atacadas por serem vistas como gastos aos cofres públicos e que causam desequilíbrio na economia, e a saída para o equilíbrio seria a não intervenção Estatal com políticas sociais.

No Brasil alguns mecanismos legais para a pessoa idosa afim de assegurar e garantir direitos e condições de uma velhice digna encontra-se a Constituição Federal de 1988, A Lei 8.842, de 4.1.1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, a Lei nº Lei 10.741 que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

Tendo em vista que o capitalismo se encontra na centralidade das desigualdades sociais, é possível entender que a velhice não será a mesma para todas as pessoas uma vez que indivíduos em situação de vulnerabilidade tendem a ser os mais prejudicados com a falta de políticas públicas adequadas a atender as demandas que se originam nas constantes problemáticas decorrentes das relações Estado/Sociedade e o aprofundamento da questão social e suas mais variadas expressões.

Segundo Yamamoto (2006, pg.57):

A questão social não é se não as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação no cotidiano da vida social da contradição entre proletariado e a burguesia a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mas além da caridade e repressão.

A assistência a pessoa idosa deve ser fortalecida uma vez que a população brasileira tem aumentado sua expectativa de vida. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estima-se que, no ano de 2021 dos 212,7 milhões de habitantes no Brasil, 31,2 milhões são pessoas acima dos 60 anos destacando o crescimento deste grupo referente ao último Censo realizado no ano de 2012 cujo número de idosos era de 22,3 milhões, o que representa um aumento de 39,8% (IBGE, 2021)

Diante disto, discussões no âmbito da Política de assistência social no que se refere a elaboração de políticas públicas que visem garantir proteção social as pessoas idosas são frequentes e cada vez mais necessárias para que assim possam contribuir em uma melhor qualidade de vida e acesso aos serviços especializados e benefícios assistenciais direcionados a este público.

Pautada na Constituição Federal de 1988, a Assistência Social para a pessoa idosa diz que:

Art.203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independente da contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I - A proteção à família, à maternidade, à infância, à velhice (...), V - A garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (BRASIL, 1988)

Neste ponto em que se refere o art. V, muitas vezes a própria pessoa idosa se destaca por ser o principal suporte familiar regular que demonstra mesmo em posição considerada “de não serventia” por muitas instituições do poder público este não deixa de movimentar a economia do País. Barreto (1992 p.25) “No mundo capitalista, vale o que produz: o velho é visto como menos produtivo, sendo providenciada sua substituição pelos mais jovens. A lei de oferta e procura, incidindo sobre a força de trabalho (uma mercadoria a mais), desvaloriza o idoso.”

Logo a família, instituição onde deve ser o primeiro ambiente acolhedor e protetivo para o cuidado na fase do envelhecimento torna-se uma outra problemática derivada da reprodução capitalista e suas consequências atinentes a exclusão social de uma grande parte da população impossibilitada de manter sua sobrevivência com dignidade na sociedade por meio dos direitos sociais que lhes são assegurados constitucionalmente fazendo com que as desigualdades sociais sejam mais visíveis resultando em um alto índice de pobreza nas famílias brasileiras ocasionado para o processo de envelhecimento uma grande dificuldade em proporcionar qualidade de vida a pessoa idosa.

Para Teixeira (2020, pg.38) “a centralidade na família aparece como ampliação das responsabilidades da família, muitas vezes [...], mas sem suporte para esse cuidado”.

Desta forma, considerando que o Brasil possui cinco regiões onde os fatores econômicos bem como sociais e outros determinantes utilizados para classificar seu desenvolvimento são completamente diferentes é possível perceber que o envelhecer também irá se manifestar de diferentes formas para as pessoas, acarretando assim uma abrangência de Políticas Públicas voltadas a inclusão deste futuro idoso. Sendo assim, o contexto social em que muitos desses grupos vivem em especial a classe trabalhadora que marcados pela luta diária pela busca através do trabalho por uma “garantia” de aposentadoria que venha lá na frente ser o meio de “tranquilidade financeira” através da contribuição ao longo dos anos dentro do sistema de Previdência Social.

Portanto cuidar e proteger os direitos no processo do envelhecimento é uma obrigação do Estado em que se refere o Estatuto do idoso “[...] Art. 9º É obrigação do Estado garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições

de dignidade".

A participação da pessoa idosa em espaços na sociedade deve ser respeitado uma vez que é de fundamental importância a convivência social para proceder o fortalecimento da cidadania através dos serviços prestados. Saúde, lazer, assistência, cultura, entre outros são serviços que devem ser continuamente pensados para garantir qualidade e autonomia dentro dos espaços direcionados ao atendimento à população idosa. O convívio social é uma forma de estimular o não isolamento nos espaços socioeducacionais, isto, contribui na qualidade de vida e desenvolvimento cada vez maior da autonomia do usuário.

Estes espaços lidam com a incumbência de promover um alcance significativo de inclusão social no que tangem atividades laborais realizadas por profissionais que por vezes se associam de maneira voluntária com objetivo de colaborar em meio a tantas desigualdades sociais na realidade vivida por muitos destes usuários.

Nestes locais de convivência estes profissionais procuram amenizar as situações vivenciadas pela pessoa idosa no seu dia a dia e, portanto, trabalham com atividades que proporcionem interação social, estímulos das funções cognitivas e várias outras atividades capazes de desenvolver momentos de autoestima.

O voluntariado (representado pelas organizações voluntárias), o comercial (representado pelo setor mercantil) e o informal (representado pela família, a vizinhança, o círculo de amigos, a comunidade), pondo-se ênfase na autoajuda, na ajuda mútua e nas colaborações derivadas do potencial solidário da sociedade (Pereira, 2000, p. 128)

Fora isto, uma outra consideração a se fazer é que nestes grupos, as pessoas idosas se sentem pertencentes a um lugar onde o sentimento de vividez é fundamental para que a melhoria da qualidade de vida no que se refere a sensação de não estar sozinho nem excluído contribuindo assim em uma outra perspectiva acerca do envelhecimento.

A sensação de pertencimento, de fazer parte de um grupo, é fundamental para a pessoa idosa, como é, aliás, para qualquer uma. Mas, no idoso, essa necessidade pode se acentuar em face da exclusão que gradualmente passa a acompanhar seu processo de envelhecimento. (DAL RIO, 2009, p. 37)

Sendo assim o envelhecimento é o momento em que para muitos de alguma maneira pode significar mudanças não só em seu aspecto físico como social e

psicológico e, portanto, encontrar-se em lugares que promovam uma relação de bem estar, sorrisos, compartilhamento de experiências é extremamente significativo na vida das pessoas idosas. E para mais, Ribeiro (2010) afirma a importância desse contato e atividades que consolida a valorização da pessoa idosa uns com outros nestes espaços elevando assim sua autoestima.

2 REFLEXÕES SOBRE CONCEITOS DE VELHICE E ENVELHECIMENTO

Neste ponto da pesquisa algumas concepções de diferentes autores retratam a forma como velhice e envelhecimento são conceituadas para uma melhor compreensão da maneira como este processo vem sendo abordado e entendido não somente em sua dimensão biológica, mas também na sua relação na sociedade.

Ao longo do tempo ser uma pessoa idosa na sociedade já foi e continua sendo motivo de preconceitos, pois para muitos são consideradas impossibilitadas de realizar qualquer contribuição positiva.

O processo de envelhecimento em seu percurso transforma não só o corpo como também amadurecendo as experiências vividas. Mesmo que o significado da palavra velho/velha seja carregado de pré-julgamentos que incidem a uma maneira banal de compreender esta fase é necessário enfatizar que para chegar até tal vários são os fatores que estão atrelados ao dia a dia o que pode chegar a ter um peso crucial neste processo.

“Idoso” e “velho” costumam ser usados como sinônimo. Contudo, “velho” mais facilmente designa uma limitação como aspecto absoluto da existência de alguém, como se fosse possível definir uma pessoa pelas suas perdas de vigor e de funcionamento dos sentidos. (SANTOS, 2003, P.17)

Para Guimarães (2007, pág. 13) “O problema da velhice não é a velhice em si, mas a maneira como o idoso e os outros se colocam perante ela: o idoso se entende e é entendido num lugar onde seus projetos ou já foram abandonados – ou nada o solicita”

As condições de vida que as pessoas enfrentam, principalmente as classes mais vulneráveis, são determinantes para estabelecer parâmetros de diferenças na sociedade entre ricos e pobres.

Obviamente que quem pode de alguma forma postergar as marcas deixadas

pelo tempo o fará usando os meios possíveis para isso, ou seja o capital. É importante salientar aqui que essa divisão de classe que possibilita para uns envelhecer com qualidade e para outros duras consequências deste processo é resultado de grande desigualdade sociais em várias partes do país.

Essa população idosa, entretanto, é composta de muitos grupos diversificados que experimentam diferentes formas de envelhecer. É para um grande número de pessoas da classe trabalhadora que o envelhecimento é vivido com uma “velhice trágica” decorrente do contexto de exclusão que marcou sua trajetória de vida e trabalho (LEÃO, TEIXEIRA.2020 pg21)

Ainda para Torres (2020, pg.47) “Pode-se dizer que a velhice não é um fenômeno novo, considera-se novo o entendimento sobre os processos de envelhecimento” isto é o reconhecimento desse assunto torna possível ampliar a visibilidade da atenção pública a fim de colaborar com ações que venham a proceder intervenção sobre este grupo social.

A velhice como um problema social que exige uma atenção pública é, sem dúvida resultado do aumento da população mais velha. [...] Contudo pensar nos significados da velhice é atentar para o duplo movimento que acompanha sua transformação em uma preocupação social” (DEBERT.2000 pg. 147)

Debater o processo de envelhecimento é atentar para ruptura de paradigmas estabelecidos por muito tempo para a conformação de que velhice é o fim da vida, no entanto, é ter uma melhor qualidade que para Faleiros (2014; 07)” [...]A qualidade de vida passou a ser considerada não só como condição social, mas como condição de autonomia e como satisfação e proteção social.”

Para Beauvoir, o conceito de velhice é descrito da seguinte forma

Ela é um fenômeno biológico: o organismo do homem idoso apresenta certas singularidades. A velhice acarreta, ainda, consequências psicológicas: certos comportamentos são considerados, com razão, como característicos da idade avançada. Como todas as situações humanas, ela tem uma dimensão existencial: modifica a relação do indivíduo com o tempo e, portanto, sua relação com o mundo e com sua própria história. Por outro lado, o homem não vive nunca em estado natural; na sua velhice, como em qualquer idade, seu estatuto lhe é imposto pela sociedade à qual pertence. (BEAUVOIR 1990, p. 15)

A forma como se conceitua velhice na sociedade varia de acordo com a construção histórica de cada época. Usar o termo *velho* é fazer analogia a algo considerado descartado e sem mais utilidade por isso a transformação nas novas formas etimológicas foi sendo conceituadas para se referir ao idoso/a como Pessoa idosa ou terceira idade.

Em cada sociedade e na mesma sociedade em momentos históricos diferentes, a velhice e o envelhecimento ganham especificidades, papéis e significados distintos em função do meio ser rural ou urbano, da classe social, do grupo profissional e do parentesco, da cultura, da ideologia dominante, do poder econômico e político que influenciam o ciclo de vida e o percurso de cada indivíduo, do nascimento à morte. (MAGALHÃES, 1989, p.12)

As características do envelhecimento devem ser compreendidas na sua totalidade pois envolve diversas especificidades que para Araldi:

Para entender o processo de envelhecimento é necessário ter uma compreensão da totalidade e da complexidade do ser humano, pois cada aspecto seja biológico, cultural ou social não estão desconectados. Desse modo, entende-se os ciclos pelo qual o ser humano perpassa na sua existência. (ARALDI, 2008 p.16)

Mesmo que parecem significar o mesmo conceito e parecer que tanto a velhice como envelhecimento possuem um mesmo sentido, alguns autores compreendem a distinção entre um termo e o outro neste sentido

Se o envelhecimento é o tempo da idade que avança, a velhice é o da idade avançada, entenda-se, em direção à morte. No discurso atual, a palavra envelhecimento é quase sempre usada num sentido restritivo e em um lugar da velhice. A sinonímia dessas palavras denuncia a denegação de um processo irreversível que diz respeito a todos nós, do recém-nascido ao ancião. (MESSY 1999, p.23)

Ainda mais a definição desses conceitos é diferenciada por Costa

Envelhecimento: processo evolutivo, um ato contínuo, isto é, sem interrupção, que acontece a partir do nascimento do indivíduo até o momento de sua morte [...] é o processo constante de transformação. Velhice é o estado de ser velho, o produto do envelhecimento, o resultado do processo de envelhecer. (COSTA 1998. 26)

Consequente levando em consideração que as transformações são progressivas conforme as alterações não somente do meio externo, mas este também

proporciona as individualidades deste processo Sousa diz que:

Entre todas as definições existentes, a que melhor satisfaz é aquela que conceitua o envelhecimento como um processo dinâmico e progressivo, no qual há modificações morfológicas, fisiológicas, bioquímicas e psicológicas que determinam perda progressiva da capacidade de adaptação do indivíduo ao meio ambiente ocasionando maior vulnerabilidade e maior incidência de processos patológicos, que terminam por leva-lo à morte. (SOUZA 2007 p. 12)

Na acepção de Salgado, ele define da seguinte maneira:

Um processo multidimensional, ou seja, resulta da interação de fatores biológicos, psicoemocionais e socioculturais. Executando a razão biológica que tem caráter processual e Universal, os demais fatores são individuais e sociais, resultado de visões e oportunidades que cada sociedade atribui aos seus idosos. (SALGADO 2007 p. 68)

E, portanto como assinala Miranda e Teixeira (2020) para enfatizar ainda mais as características do envelhecimento e principalmente as consequências deste processo para o trabalhador que encara diariamente as árduas condições de trabalho no cotidiano para manter sua sobrevivência, é fato que essas consequências decorrem de inúmeros fatores associados em um sistema capitalista que é indiferente e que considera o poder aquisitivo como mecanismo para poder ter nesta fase da vida abrandamento em uma velhice cômoda e tranquila, no entanto, desconsidera a pessoa que se encontra em grupos sociais de maior vulnerabilidade, resultando assim diversas problemáticas que são adquiridas ao longo do tempo e impactam diretamente em um envelhecimento desigual na sociedade.

2.1 Envelhecimento populacional e qualidade de vida

O envelhecimento da população vem tomando espaço e com isso estudos sobre esse fenômeno e seus impactos estão direcionando a compreensão deste contingente que de acordo com Camarano

É resultado de suas mais altas taxas de crescimento, em face da alta fecundidade prevalecente no passado comparativamente à atual e à redução da mortalidade. Enquanto o envelhecimento populacional significa mudanças na estrutura etária, a queda da mortalidade é um processo que se inicia no momento do nascimento e altera a vida do indivíduo, as estruturas familiares e a sociedade. (CAMARANO.2002)

Em conformidade, Neri diz que

O envelhecimento populacional reflete, portanto, a combinação de três fenômenos: redução da natalidade, redução da mortalidade em cortes adultas e aumento da expectativa de vida na velhice. [...] A idade cronológica é vista como variável relevante, já que é vista como indicadora dos eventos do desenvolvimento, usualmente registrado no tempo. (NERI 2007 p. 22)

O aumento gradativo deste seguimento social acompanha um ritmo acelerado e com isso o debate acerca da expectativa de vida devido as baixas reduções nas taxas de fecundidade e mortalidade no Brasil é afirmada por Berquió (2006) que estabelece o percentual das taxas de fecundidade entre os anos de 1960, havendo essa transição.

Nos anos de 1970 e 1980 começou a se ter uma redução nas taxas de fecundidade e cada vez mais esse índice foi diminuindo, a partir destes estudos em possível compreender o elevado aumento da população idosa e os motivos pela qual se chegou a esse contingente. Portanto se há uma diminuição nos números de nascimento significa dizer que o número de idosos tende a aumentar contrariando o formato da pirâmide etária no Brasil ou seja um número maior de idosos e um menor de jovens que de acordo com Teixeira e Leão

Fazendo um comparativo, por exemplo, entre a pirâmide etária do Brasil da década de 1980 com a de agora, veremos que, pelos dados do Censo/IBGE3 de 2010, até a década de 1980, a distribuição da população por faixa etária tinha um formato piramidal: na base tínhamos os mais jovens e no topo os idosos. Mas esse formato foi mudando e, no último censo, a faixa da população idosa já se alargou demonstrando o envelhecimento populacional no Brasil e projeta para 2060 uma população com mais idosos do que jovens (LEÃO, TEIXEIRA, 2020 pg.21)

O que deve ser considerado também é a diminuição na mortalidade das pessoas idosas o que contribui para este aumento de sobrevida, portanto, deve ser levado em consideração aspectos relacionados ao acessos de serviços de saúde, uma melhor qualidade de vida, acompanhamento médico e demais situações que outrora não eram tão fáceis para as pessoas, e conforme foram sendo possibilitados colaboraram para que se investisse em melhores condições de vida e

consequentemente aquela pessoa que se encontrava perto da idade considerada pela OMS como pessoa idosa, começa a cuidar-se dentro das suas possibilidades a fim de postergar os efeitos negativos do envelhecimento ocasionado assim o aumento da perspectiva de vida.

Segundo Camarano e kanso

[...] Por outro lado, diminuição da mortalidade nas idades mais avançadas contribui para que esse segmento populacional, sobreviva por períodos mais longos, resultando no *envelhecimento pelo topo*. Este altera a composição etária dentro do próprio grupo, ou seja, a população idosa também envelheceu. (CAMARANO, KANSO, 2009 P. 10. Grifos das autoras)

Ademais, é importante citar que existem ainda outros fatores que colaboram para este aumento populacional. Como aponta Ferreira (2006) uma série de outras melhorias relacionadas a saúde, nas próprias condições de vida da pessoa, ao fato da mulher que tinha seu papel na sociedade vinculado ao de cuidar da casa e agora já estar mais inserida no mercado de trabalho o que se relaciona com as baixas taxas de fecundidade, ou seja, as mulheres passam a priorizar o crescimento profissional estabelecendo assim a decisão sobre o momento de gerar um filho.

Esse aumento populacional implica dizer que ações de planejamento em cuidados que possam proporcionar um envelhecimento com qualidade tem que ser pensadas para proporcionar a essa pessoa idosa qualidade de vida nas mais diversas áreas e todos os atores da sociedade devem otimizar um envelhecimento ativo e saudável. Como aponta Dbert (2000) este aumento na expectativa de vida portanto deve ser considerada já que esta pessoa idosa não é mais invisível e deve ser motivo de relevância pública. Envelhecer bem é envelhecer com qualidade de vida e neste sentido Simões aponta que ao longo do tempo esse conceito de qualidade vem se modificando:

Neste final de milênio se fala em Qualidade de vida aliada a obtenção de saúde, melhores condições de trabalho, aperfeiçoamento da moradia, boa alimentação uma educação satisfatória, liberdade política, proteção contra violência, usufruir as horas de lazer, participar de atividades motoras e esportivas, necessidade de conviver com o outro ou então almejar uma vida longa, saudável e satisfatória. (SIMÕES, 2001 P. 176)

Qualidade de vida se diferencia para cada pessoa, trata-se, portanto, de um

significado subjetivo, pois implica também debater condições de vida diferentes existentes na realidade de cada um. Minayo et al (2020) indica que esta condição de qualidade de vida possui diversos significados, compreende uma série de aspectos que envolvem para cada indivíduo de acordo com o seu momento e a vivência dentro do seu tempo e lugar de existência., ou seja, construir este conceito também está ligado com a cultura social existente nos mais diversos lugares, sendo, portanto, uma característica fundamental a como o indivíduo se identifica em uma determinada época.

Essa subjetividade na compreensão da qualidade de vida é particular a cada indivíduo além do mais reflete diversas concepções que tendem a traduzir o seu significado, como evidencia Paschoal

A natureza abstrata do termo qualidade explica porque “boa qualidade tem significados diferentes, para diferentes pessoas, em lugares e ocasiões diferentes. É por isso que há inúmeras conceituações de qualidade de vida; talvez cada indivíduo tenha o seu próprio conceito. (PASCHOAL, 2000, p.24)

Para a pessoa idosa a qualidade de vida resulta em diferentes fatores que comprometem a trajetória da velhice, sendo assim decisivos para afetar os mais diretamente aspectos que venham a consolidar um envelhecimento com qualidade. De acordo com Neri

Avaliar a qualidade de vida na velhice implica adoção de múltiplos critérios de natureza biológica, psicológica e sociocultural. Vários elementos são apontados como determinantes de bem-estar na velhice: longevidade, saúde biológica, saúde mental, controle cognitivo, competência social, renda, continuidade de papéis familiares e ocupacionais e continuidade de relações informais em grupos primários. (NERI, 1993, p.10)

Além do mais, é importante enfatizar que para chegar a uma velhice saudável e com qualidade ainda é para poucos como discute Fraiman (1995, p. 30) “chegar a velhice com saúde é privilégio de poucos, devido ao somatório de situações desgastantes ao longo da vida. Daí ser ela relacionada com doença, com degeneração, com pluripatologia.”

Sendo então uma questão que vem tendo visibilidade e sendo discutida por

diversos estudiosos é importante frisar que esta pauta também deve ser considerada no campo das políticas públicas para a pessoa idosa por parte do Estado, já que os desafios a serem enfrentados no campo social se estende não só a uma questão demográfica do país. Qualidade de vida deve possibilitar num país como o Brasil para a pessoa idosa acesso com dignidade humana e sendo um dos países que terá o maior percentual da população idosa segundo a OMS é importante que esteja preparado para acolher essa demanda social e como afirma Mascaró.

O Brasil deverá, portanto, enfrentar um grande desafio decorrente do crescente envelhecimento populacional. Diante desse panorama, podemos perceber que a sociedade brasileira precisa urgentemente se organizar para solucionar, principalmente, os problemas relacionados à área da saúde e previdência social. Num país em desenvolvimento como o nosso, carregado de contrastes, envelhecer bem, com boa qualidade de vida, é ainda um privilégio. (Mascaró, 2004, p. 10)

Embora pareça um assunto que ao longo do tempo é constantemente divulgado na sociedade ainda existem muitos descasos aos idosos e muito disso se associa a uma imagem negativa em que ser idoso, principalmente aquele que não tem um apoio familiar e esta é uma preocupação a respeito de pessoas que ao chegarem nessa fase não possuem ninguém que os possa auxiliá-los conclui-se então que no quadro das vulnerabilidades e riscos sociais essa pessoa idosa passa a ser considerada excluída dos direitos sociais direcionados a ela. Neste percurso que a vida apresenta conforme Mascarano sobre aos outros desafios em relação ao receio do envelhecimento significa

Além do receio do envelhecimento biológico, com suas perdas e limitações naturais e a ideia da proximidade da morte, há também a angústia ao pensar nessa fase da vida, em função das dificuldades econômicas e desigualdades sociais de um grande número de idosos brasileiros, e da existência de muitos estereótipos e preconceitos relacionados ao processo de envelhecimento, à fase da velhice e aos idosos. (MASCARO, 2004, p. 8)

Veras (2001) aponta um dado interessante acerca do crescimento populacional que diz respeito ao fato da longevidade, se refere ao fato da mulher estar vivendo mais que o homem. Ele indica alguns fatores entre muitos que fazem com que a partir da Pesquisa nacional por amostragem Domiciliar – PNAD 1997 esta análise se valide.

Indica que a mulher se expõe a menos riscos acidentais relacionados ao homem, também aponta ao fato de a mulher ser mais ponderada ao consumo de álcool e tabaco, sequenciando diz que as mulheres se preocupam mais com a saúde tendo, portanto, uso constante dos serviços de saúde e pôr fim a preocupação relacionada a questão do atendimento obstétrico já que a morte em mulheres relacionada a maternidade teve sua diminuição significativa.

Além de todas as vicissitudes que a velhice acarreta, há, muitas vezes, mais este agravante. Isto se dá, de forma especial, para as mulheres, que geralmente vivem mais que os homens e dificilmente procuram um novo companheiro. [...] Identificamos que, apesar da perda e do sofrimento, essas idosas estão cada vez mais ativas socialmente, buscando atividades religiosas, grupos de convivência e viagens. (ROCHA et al, 2005 p.65)

É interessante compreender que com o decorrer do tempo, as pessoas idosas eram respeitadas de modo que eram vistas com respeito, representavam uma posição em que os mais jovens devido ao fato de haver um número de pessoas idosas menor que atualmente, considerar a experiência de vida era atribuir um status social de admiração. No entanto, com o aumento da população idosa e visto que acarreta na sociedade capitalista uma perda na produção de trabalho, esse conceito e imagem acerca do envelhecer se modificou.

Santana e Senna (2003) afirmam que ao decorrer do tempo as mudanças de pensamentos em relação ao conceito do envelhecer que tradicionalmente e historicamente são colocados e ensinados a medida que a pessoa começa a manifestar através do corpo sinais perceptíveis a idade em certos anos de vida no passado, já existe agora a esse respeito uma visão modificada na atualidade, onde o envelhecimento populacional começa a configurar novos conceitos e isso é fundamental para ressignificar novas maneiras de tratar a pessoa idosa com cidadania e pessoa de direitos que devem ser vista não mais como sinônimo de descarte em que deva ser deixado de lado e esperar ser acometido por alguma circunstância que encerre seu ciclo na terra.

2.2 Desafios na contemporaneidade e direitos adquiridos pela pessoa idosa na sociedade

A pessoa idosa na contemporaneidade é alguém que já não se compara a versão de idoso no passado. A vida ativa é parte do processo em que estar no meio social ameniza os impactos em relação ao processo de envelhecimento e ter um lugar na sociedade faz parte de inúmeros fatores que colaboram para obter um resultado positivo neste processo. Assim quando o termo ativo é citado compreende-se que “A palavra “ativo” se refere à participação contínua nas questões sociais, econômicas, culturais, espirituais e civis, e não somente à capacidade de estar fisicamente ativo ou de fazer parte da força de trabalho” (BRASILIA, 2005).

Isto é, em uma sociedade capitalista, o trabalho é instrumento necessário para obter os meios de sobrevivência para os indivíduos e com isso o predomínio de uma lógica trabalhista onde a serventia da mão de obra é importada aos mais jovens no mercado de trabalho e a idade avançada pode significar descarte como relata Almeida

Com a modernidade foram estabelecidas etapas da vida humana, como a infância, a adolescência e a velhice. Sendo esta última uma construção da sociedade moderna por conta do sistema capitalista que estabelece que nesta fase da vida, a pessoa idosa passa a não ter serventia já que não realiza mais o seu trabalho. (AMEIDA, 2003, P.39)

O trabalho é o que move as relações sociais, sendo esta atividade responsável pela produção e o que representa o indivíduo na sociedade, ou seja, o significado da própria vida, portanto a pessoa idosa nesta situação é vista como improdutiva neste sentido, e isso condiciona a uma visão de inutilidade por parte do mercado de trabalho e das oportunidades descartadas as pessoas que caminham para os 60 anos.

Ao produzirem os meios de vida, os homens produzem sua vida material. O modo de produzir os meios de vida refere-se não só a reprodução física dos indivíduos, mas à reprodução de um determinado modo de vida. A produção da própria vida no trabalho. (IAMAMOTO e CARVALHO,2009, p.17)

Na contemporaneidade, definir o papel da pessoa idosa em qualquer que seja o âmbito é encarar a naturalidade desta fase, não limitando o pensamento que por ser uma pessoa idosa esta não está apta, ou até mesmo improdutiva em uma sociedade consumista. Ademais percebe-se que a comparação entre novos e velhos

constantemente se associam as mais diferentes produções na sociedade e isto significa dizer que cada vez mais o distanciamento entre o que a pessoa idosa possa oferecer não é levado em consideração por se tratar de concepções preconceituosas na dinâmica da sociedade capitalista.

A sociedade contemporânea oferece pouca oportunidade ao idoso para exercitar e ativar a lembrança, instrumento e conteúdo fundamental de seu diálogo com as demais gerações. [...] O ciclo permanente de produção e de consumo exige incessantemente a distribuição e o desaparecimento do que foi produzido no passado e a criações permanente de novas formas de produção e consumo. (MAGALHÃES, 1989, p. 18)

Neste sentido, produzir, significa estar atuando na sociedade através do único meio que faz com que o indivíduo seja notado, ou seja, o trabalho. Este como indicador de garantias do meio de subsistência e status social. Mesmo, que estando durante muito tempo ativamente alimentando o capitalismo Debert (2000.p. 150) em sua crítica ao capitalismo salienta que “O velho, por não se constituir em mão-de-obra apta para o trabalho, é desvalorizado e abandonado pelo Estado e pela sociedade.

A miséria e exclusão que acompanham vastos segmentos da população brasileira se tornam mais amargas na velhice.”. O processo de desvalorização citados pelo autor, desencadeiam outros diversos fatores tais como o agravamento da pobreza e exclusão, devido a sua não inserção no mercado formal de trabalho, e a própria marginalização destes, em decorrência da sua situação de velhice.

Acerca das diferentes questões que envolvem o envelhecimento e sua relação no consumo na sociedade, um apontamento bem interessante envolve as diferenças entre as classes sociais que a medida em que aquele que possui condições financeiras de manter qualidade de vida, neste ponto se enquadra a classe burguesa com o alto índice e empenho em consumir variados produtos e serviços lançados no mercado desde produtos relacionados ao apelo dos cosméticos e serviços de saúde é diferente ao consumo da classe trabalhadora que nesta fase não dispõe das mesmas condições para manter essa qualidade de vida, isto é, a diferença nítida para o sistema capitalista, também estabelece a relação desigual das classes burguesas e trabalhadoras no momento de movimentar a produção de consumo. (TEIXEIRA, LEÃO, 2020)

Portanto, compreende-se que se trata de um envelhecimento heterogêneo, em

que para aqueles que detêm um maior poder aquisitivo, em que o capital proporciona qualidade de vida e envelhecimento saudável, graças ao acesso às redes privadas de saúde, condições favoráveis de moradia, acesso a lazer, dentre outros, certamente se diferencia do mesmo processo cronológico vivido por pessoas que em sua vida toda foi de uma busca por sobrevivência árdua e cheia de dificuldades, com acesso e garantia de direitos básicos precários.

[...] quem trabalhou a vida toda para os sustentos da família em funções consideradas menores no mundo capitalista, tais como operários, domésticas, comerciários, vendedores, ambulantes, etc., sabe que o máximo que conseguiram foi manterem-se vivos. Não houve 'sobras' para garantir a velhice tranquila ou para preservar a saúde. (CANOAS, 1983, p. 19)

Desta forma, os desafios apresentados na contemporaneidade no que se refere à pessoa idosa, envolvem todos os atores sociais, com vistas a colaborar com a dinâmica social deste processo, que envolve a garantia de acesso a políticas públicas sociais que assegurem uma velhice digna.

No que concerne à relação da pessoa idosa na conjuntura familiar, os aspectos relacionados aos cuidados primordiais como respeito, zelo, proteção e outras responsabilidades. De acordo com Faleiros (2014), o cuidado no âmbito familiar vem se modificando ao longo do tempo, devido à longevidade dos membros da família, modificando, assim, o papel dos integrantes no que diz respeito a esses cuidados, principalmente pela imposição histórico-cultural do patriarcado, em remeter à mulher o papel de cuidadora do lar e da família. Desta forma, como mencionado, o papel da mulher na sociedade vem se modificando ao longo do tempo, estabelecendo sua autonomia em diversos aspectos na vida e nas relações sociais.

É neste contexto que a responsabilidade da família com a pessoa idosa é vista muitas vezes pelo Estado como principal instituição responsável pelo cuidado, e assim, acaba não direcionando o devido compromisso no que se refere a Proteção Social dessa população, limitando-se a uma análise focalizada e fragmentada a assumir responsabilidade somente quando se trata da condição em que a pessoa idosa seja vista pelo Estado quando

Diante desse quadro, a noção de longevidade como conquista da humanidade passa a ser problematizada diante das conjunturas socioeconômicas e socioculturais[.]a adoção de reformas neoliberais

clássicas que vem colocando os limites do Estado em assumir políticas sociais de proteção social para a pessoa idosa, exceto para a incapaz de prover a sua própria sobrevivência ou tê-la provida por sua família. (TEIXEIRA, LEÃO, 2020 P.21)

No ambiente familiar, a pessoa idosa sente-se mais acolhida e conseqüentemente, mais protegida e amparada, quando esta oferece a devida segurança, um elemento essencial para que a pessoa idosa se sinta pertencente àquele lar, àquela família.

O bem-estar psicológico desse grupo etário está estreitamente associado à sua satisfação em relação ao seu ambiente residencial. O idoso, ao manter-se em sua casa, vivencia um sentimento de autoestima na medida em que esse fato demonstra aos outros que ele ainda mantém sua autonomia e independência. (ROCHA et al, 2005 p. 66)

Ademais, é importante destacar outros fatores que são considerados como desafios para a pessoa idosa na sociedade. Na política de saúde, por exemplo, deve-se propor melhorias na qualidade dos serviços e programas prestados pelo Estado, uma vez que a grande maioria dos usuários que mais utilizam os serviços de saúde, são da população idosa, conforme destaca Geridade (2020): “A maior parte dos idosos no Brasil é usuária do Sistema Único de Saúde. Logo, os dados evidenciam a necessidade de que as políticas públicas sejam pensadas para fortalecer os direitos e garantir a qualidade de vida da população” (GERIDADE, 2020).

No mercado de trabalho, é evidente que as pessoas idosas têm sido cada vez mais participativas, no entanto, cabe ressaltar que o mercado não é muito inclusivo quando se trata de pessoas que apresentam idade mais avançada para o trabalho. Neste sentido: “Muitas pessoas que passam dos 60 anos (ou até com menos idade) enfrentam problemas para encontrar oportunidades de emprego e se manter no mercado” (GERIDADE, 2020). Além disso, é latente a necessidade que as pessoas idosas veem a necessidade de se manterem atuantes no mercado de trabalho, como uma forma de contribuir com a renda familiar, ou muitas vezes, sendo a sua única renda para sua subsistência.

É importante salientar que na vida social, para manter-se ativo, de a garantir sua autonomia como um meio de realizar suas atividades, a pessoa idosa precisa dispor de condições fornecidas pelo meio em que vive, sendo portanto, o Estado, a

sociedade e a família os provedores desta manutenção, onde os desafios encontrados, no que se refere às condições de acessibilidade, representam, nessa fase da vida, limitações e barreiras existentes no âmbito social, além de barreiras na mobilidade e acessibilidade. Portanto, “continuar tendo uma vida social ativa é um dos fatores fundamentais para a manutenção da saúde física e mental na terceira idade” (GERIDADE, 2020). Neste sentido, é fundamental que os espaços públicos sejam adaptados para acolher essa pessoa idosa nos mais variados lugares.

Para ser considerada cidadão ou cidadã, a pessoa precisa ter assegurados, pelo Estado e pela sociedade, as condições de vida digna na sua história e na sua trajetória. A pessoa torna-se credora do Estado de Direito para viver e conviver com liberdade, igualdade, justiça e equidade democraticamente estabelecidas. (FALEIROS, 2007, p. 49)

Ao longo da história, a pessoa idosa tem sido pauta de várias discussões e estudos relacionados aos direitos sociais e à cidadania. Porém, com a dinamicidade do movimento da história, a forma pela qual a pessoa idosa foi vista em determinados momentos históricos diferem-se e, muitas vezes, convergem-se.

Recorrer à conjuntura sócio-histórica que engloba a cidadania e os direitos sociais adquiridos pela pessoa idosa a nível nacional, requer entender as contribuições dos documentos internacionais que influenciaram a construção da Política Nacional da Pessoa Idosa no Brasil. Esses documentos constituem-se:

[...] uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades (CELLARD, 2012, p. 295).

Nesse sentido, a construção desse debate se deu eminentemente de forma documental e bibliográfica, levando em consideração o contexto das políticas públicas históricas que envolvem variadas legislações a nível nacional e internacional.

Discutir o envelhecimento é uma demanda que vem se apresentando como fato social desde o século XIX no Brasil e no mundo. Um dos motivos desses intensos debates consiste no aumento da população idosa, o que traz preocupações a todos os países. Em vista dessa conjuntura, a fim de compreender os impactos desse

fenômeno, em 1981, o Banco Mundial, a ONU e a OMS se uniram para pensar diretrizes que norteassem os Estados na adoção de medidas de adaptação às consequências do processo de envelhecimento (RAGEN, 2011).

No Brasil, por exemplo, a proteção à pessoa idosa é relativamente recente, visto que esta só obteve ênfase por parte do Estado, com a Constituição Federal de 1988. Porém, a nível internacional, especificamente no ano de 1982, ocorreu por articulação da Assembleia Geral das Organizações das Nações Unidas (ONU), a I Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento. Ainda na década de 1980, foi instituído o Protocolo Adicional à Convenção Americana de Direitos Humanos, conhecido como Protocolo de São Salvador, o qual tem sido o único documento a incorporar de forma específica, os direitos da pessoa idosa, sendo promulgado no Brasil, via Decreto, em 30 de dezembro de 1999 (Decreto nº 3.321/1999).

Com relação à I Conferência Internacional sobre Envelhecimento, que resultou na criação do Plano de Ação de Viena sobre Envelhecimento, foi o Plano que tratou a respeito de políticas públicas específicas nos âmbitos da saúde, moradia, família, bem-estar social, dentre outros. Conforme já fora apontado, a dificuldade dos Estados em priorizar e assegurar políticas públicas sociais voltadas à população idosa foi pontuada na I Conferência, além de reafirmar que os direitos fundamentais presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos, são também, inerentes e plenos à pessoa idosa, pois qualidade de vida e longevidade não se dissociam, pois, ambas são de suma importância (Notari Fragoso, 2011).

Além disso, visa a adoção de medidas que tem como prioridade os eixos: idosos e desenvolvimento, promoção da saúde e bem-estar na velhice, bem como a criação de um ambiente propício e favorável para se viver de forma digna e saudável(ONU, 2003).

A Assembleia foi fruto da preocupação já percebida por algumas nações com o aumento das demandas que envolvem a população idosa. As assertivas discutidas na Assembleia deram fruto ao Plano de Ação Internacional de Viena sobre o Envelhecimento, o qual traz em 118 pontos as principais diretrizes para o desenvolvimento do envelhecimento digno (RAGEN, 2011)

Esse Plano, a nível histórico, representou um marco internacional para as discussões relacionadas aos direitos das pessoas idosas, principalmente no que se refere à garantia de um processo de envelhecimento digno que possa subsidiar sua

subsistência e longevidade.

Em 1991, o mesmo órgão citado anteriormente, estruturou o que foi chamado de Princípio das Nações Unidas em Favor das Pessoas Idosas, documento que dispunha de inúmeros artigos que versavam sobre variadas questões que se relacionavam com a população idosa, dentre elas: independência, participação, assistência, autorrealização e dignidade.

Já no final da década de 1990, especificamente em 1999, a Assembleia Geral da ONU determinou o Ano Internacional do Idoso. E em 2002, na Espanha, ocorreu a II Assembleia Internacional sobre o Envelhecimento. Para os países que participaram, o encontro teve como principal objetivo “[...] iniciar um programa internacional de ação que visa garantir, a segurança econômica e social das pessoas idosas, possibilitando oportunidades para que as pessoas contribuam para o desenvolvimento de seus países” (BRASIL, 2006). A partir dessa Conferência, foi elaborado o Plano Nacional de Madri sobre Envelhecimento (Mipaa) estipula os temas centrais para realização dos direitos humanos e liberdades fundamentais das pessoas idosas, bem como os direitos civis e políticos, ressaltando também a importância de se prevenir todas as formas de violência e discriminação contra a pessoa idosa.

De acordo com Silva (2007), consoante ao que preconiza o Mipaa, envelhecer está relacionado a alcançá-lo de forma ativa e saudável, levando-se em consideração os direitos da pessoa idosa no seu pleno desenvolvimento, ou seja, é necessário que a pessoa tenha acesso à qualidade de vida desde o seu nascituro, de forma ampla e totalizante.

É importante enfatizar que o aumento populacional de pessoas idosas em todo o mundo é um fato irrefutável. Tal transformação demográfica implica em se articular ações em todas as esferas sociais, desde ações do poder público e do terceiro setor, como também da sociedade de modo geral, de forma a assegurar que as pessoas idosas tenham a oportunidade de participar ativamente em todos os aspectos da vida em sociedade.

Ainda na década de 1990, nível nacional é sancionada a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que institui a Política Nacional do Idoso e cria o Conselho Nacional do Idoso -. De acordo com o seu artigo 1º, a PNI tem por finalidade “assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade” (BRASIL, 1994). Além disso, a PNI traz princípios e diretrizes fundamentais para sua implementação, bem como faz apontamentos

sobre a organização e a gestão da Política nos âmbitos federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, por meio dos seus respectivos conselhos.

Outra parte primordial da política está presente no Capítulo IV, que trata das ações governamentais, na área da assistência social, saúde, educação, trabalho e previdência social, dentre outras, realizadas por meio dos órgãos e entidades públicos, desde a prestação de serviços de atendimento básico voltados à população idosa, e que também podem ser ofertados pelas ONGs; desenvolvimento de programas educativos; apoio à criação de universidade aberta para o acesso da população idosa; fazer com que os mecanismos utilizados, de fato impeçam a discriminação da pessoa idosa no que se refere à sua participação no mercado de trabalho, etc. (Brasil, 1994).

Com relação à Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, conhecida atualmente como Estatuto da Pessoa Idosa, com seus 29 anos desde sua promulgação, foi elaborado com a participação de todas as entidades envolvidas na defesa dos direitos e interesses da população idosa, e que, de forma ampla, visa atender as demandas dessa população. O Estatuto estabelece desde a garantia ampla dos direitos fundamentais, dando ênfase à proteção integral e estende-se também às políticas públicas criminais, no que se refere ao estabelecimento de penas para crimes comuns (Brasil, 2003).

Ficam estabelecidas também no Estatuto, no Título III, a respeito das medidas de proteção que devem ser direcionadas a essa população especificamente. De acordo com o artigo 43º da lei supracitada, “As medidas de proteção ao idoso são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos forem ameaçados ou violados [...]” (BRASIL, 2003). Já no que se refere às entidades de atendimento à pessoa idosa, ficam as orientações, preconizadas a partir do artigo 48 do Estatuto da Pessoa Idosa, no qual impõe normas para planejamento e execução dos serviços e ações desenvolvidos nas unidades que atendem a este público (Brasil, 2003).

A Lei nº 8.742, de 1993, conhecida como Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, apresenta em seu texto a defesa ampla dos direitos da pessoa idosa, ou seja, sua proteção social, sendo esta subdivida em proteção social básica e proteção social especial de média e alta complexidade, devendo estas serem ofertadas pela “rede socioassistencial, de forma integrada, diretamente pelos entes públicos e/ou pelas entidades e organizações de assistência social vinculadas ao SUAS, respeitadas as

especificidades de cada ação” (BRASIL, 1993).

Com relação ao Benefício de Prestação Continuada – BPC, um benefício assegurado na LOAS, de acordo com o artigo 20, trata-se da “garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família”, podendo ser garantido também à pessoa idosa que esteja em condição de acolhimento institucional (BRASIL, 1993). O BPC, muitas vezes, configura-se como a única fonte a qual a pessoa idosa tem acesso para manter-se minimamente mesmo quando esteja em situação de abrigamento, pois, sabe-se que muitos são abandonados pelos familiares e sobrevivem dos recursos que as instituições recebem e também de doações. Desta forma, o benefício torna-se uma ajuda de custo para prover os mínimos necessários.

No que tange às entidades que ofertam programas de institucionalização de longa permanência, de acordo com o artigo 49, estas devem seguir aos seguintes princípios:

- I. Preservação dos vínculos familiares;
- II. Atendimento personalizado e em pequenos grupos;
- III. Manutenção do idoso na mesma instituição, salvo em caso de força maior;
- IV. Participação do idoso nas atividades comunitárias, de caráter interno e externo;
- V. Observância dos direitos e garantias dos idosos;
- VI. Preservação da identidade do idoso e oferecimento de ambiente de respeito e dignidade.

Os seis princípios listados corroboram para que de fato os direitos da pessoa idosa a uma vida digna deem ser assegurados e efetivados de forma articulada, uma vez que cada indivíduo possui uma história e particularidades que devem ser respeitadas e entendidas, não relegando também, de acordo com Coelho et. al. (2018), o cuidado e atenção às pessoas idosas “a um contexto negativo da assistência”, quando muitas vezes, a pessoa idosa é considerada como uma pessoa senil, frágil.

Um dos princípios cruciais no que concerne a alcançar bons resultados quando da prestação dos serviços e programas destinados à população idosa, diz respeito à manutenção dos vínculos familiares, ou seja, quando a pessoa idosa mantém seus vínculos afetivos fortalecidos, isso resulta em uma resposta mais satisfatória das ações que são desenvolvidas junto a esse indivíduo (Coelho et. al., 2018). Embora, muitas vezes, possa se perceber que, muitas dessas pessoas se sintam solitárias

quando estão em situação de abrigo, com os laços familiares mais distantes, associados à “perda de autonomia e de atividade”, conforme apontado por Aboim (2014). É neste sentido, que as ações devem ser desenvolvidas, de forma a permitir que as pessoas idosas se sintam acolhidas, pertencentes, que possam “envelhecer ativamente, em consonância, aliás, com o ideal do “envelhecimento ativo” (ABOIM, p. 223, 2014).

No decorrer dos anos, outras legislações foram instituídas, como por exemplo, a lei que rege o Fundo Nacional do Idoso (Lei nº 12.213/2010). De acordo com o que consta em seu artigo 1º, o Fundo Nacional do Idoso “é destinado a financiar os programas e as ações relativas ao idoso com vistas em assegurar os seus direitos sociais e criar condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade” (BRASIL, 2010). Tais recursos são destinados aos programas implementados no âmbito de todas as políticas que visem a promoção, proteção, defesa e atendimento desse público. A gestão, fiscalização e controle dos Fundos compete aos Conselhos dos Direitos da Pessoa Idosa, além disso, os Conselhos também são encarregados de definir quando à utilização desses recursos, devendo serem aplicados com base no plano de ação anual.

Mais recentemente, no ano de 2018, foi instituída a Lei nº 13.646, de 9 de abril de 2018, que institui o Ano de Valorização e Defesa dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa, em alusão à Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos. A referida lei visa a realização de ações educativas e pedagógicas que valorizem a pessoa idosa, sensibilizando a sociedade de modo geral. De acordo com o texto presente na Convenção, deve-se levar em conta que:

(...) de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, o ideal do ser humano livre, isento do temor e da miséria somente pode ser realizado se forem criadas condições que permitam a cada pessoa gozar de seus direitos econômicos, sociais e culturais, tanto como de seus direitos civis e políticos (ONU, p. 02, 2015).

Isto é, de acordo com as preconizações firmadas nesta Convenção, os direitos humanos também devem estenderem-se às pessoas idosas de forma igualitária às demais pessoas, não discriminando-os pelo seu processo de envelhecimento, pois, muitas vezes, isso contribui para reforçar sua auto discriminação, quando da não aceitação da velhice, por se sentirem como objeto que podem ser descartados a

qualquer momento, o medo do abandono e da falta de autonomia para viver a própria vida, bem como diversos outros fatores, que fazem parte desse processo social que é o envelhecimento.

3 INSTITUTO SOCIAL DE TODO CORAÇÃO: CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DO TERCEIRO SETOR NO BRASIL

Este capítulo contém a caracterização da pesquisa de campo deste trabalho de acordo com visitas realizadas e observação durante encontros das pessoas idosas atendidas no Instituto. Para compreender o surgimento do Instituto, em uma conversa agradável e muito esclarecedora a fundadora do instituto relatou o que a incentivou a fundar um local voltado a atender os mais diversos públicos da comunidade. Neste trabalho, a análise é voltada ao público da pessoa idosa.

Assim, com intuito de melhorar a compreensão acerca do Instituto, inicialmente tem-se um breve resgate do surgimento das Organizações não governamentais no Brasil de acordo com conceitos segundo alguns autores.

O Instituto Social de Todo coração é uma instituição social que se enquadra dentro do chamado Terceiro Setor, ou seja, trata-se, portanto, de uma Organização não governamental sem fins lucrativos.

O conceito do “terceiro setor” foi formulado por intelectuais orgânicos do capital o que demonstra uma clara ligação com os interesses de classe nas mudanças necessárias à alta burguesia. Assim, o termo é constituído a partir de um recorte do social em esferas onde o Estado seria o primeiro setor, o Mercado, o segundo setor, e a Sociedade Civil é o terceiro setor. Recortes estes, neopositivistas, estruturalistas, funcionalistas ou liberais que isolam e atomizam a dinâmica de cada um deles que, portanto, desistoriciza a realidade social (MONTAÑO, 2010)

O termo é de origem americana, Third Sector, muito utilizado nos Estados Unidos e o Brasil utiliza a mesma classificação.

A expressão terceiro setor, traduzido do inglês Third Sector, é parte do vocabulário sociológico corrente nos Estados Unidos. Como se vê, não é uma expressão neutra, tem uma nacionalidade clara: a norte-americana. Nos Estados Unidos, o associativismo e voluntarismo fazem parte da cultura política, baseada no individualismo liberal (MONTAÑO, 2007).

O autor Montañó afirma acerca da construção do termo para identificar a posição de cada setor na sociedade e estabelecer como pode haver a má interpretação do real significado do TS, onde essa confusão de papéis fortalece equivocadamente a responsabilidade de demandas sociais para a sociedade civil é:

Assim, o termo é construído a partir de um recorte do social em esferas: o Estado (“primeiro setor”), o mercado (“segundo setor”) e a “sociedade civil” (“terceiro setor”). [...] claramente, estruturalista, funcionalista ou liberal, que isola e autonomiza a dinâmica de cada um deles, que, portanto, desistoriciza a realidade social. Como se o “político” pertencesse à esfera estatual, o “econômico” ao âmbito do mercado e o “social” remetesse apenas à sociedade civil, num conceito reducionista. (MONTAÑO, 2003, pg. 53)

Esse processo do terceiro setor, que são ações para promover benefícios, vem desde 1500 a 1808, após o descobrimento do Brasil, começando ainda no século XVI tendo como referência histórica a Santa Casa de Misericórdia de Santos no ano de 1543 que desde a sua criação até os tempos atuais presta apoio assistencial e hospitalar a população, sendo a primeira entidade do Terceiro Setor no Brasil.

Apoiando-se em um modelo importado pelas Casas de Misericórdia portuguesas, de iniciativas caritativas e cristãs, que tratavam a questão social como de resolução da sociedade, mediante a criação de asilos, educandários e corporações profissionais. Muitas dessas instituições foram frutos da iniciativa de homens ricos, que destinavam a elas doações em forma de propriedade ou dinheiro. (CABRAL, 2015, pg.30)

Com a origem do Terceiro Setor no Brasil na década de 70 havia apenas duas fontes de caridade que forneciam assistência social, tanto no âmbito da saúde como na educação, eram aquelas ligadas aos coronéis e a igreja católica, que tinham como características marcantes o ato de bondade apenas para pessoas que prestasse serviço e lealdade a Igreja, assim tendo mais relação ao ato de caridade e filantropia na época. Para Oliveira (1985) desenvolve-se assim o assistencialismo como forma de ofertar serviços voluntários através de ações caritativas aprovada pela Igreja.

No século XX com a chegada de novas religiões, a Igreja Católica passou a dividir a função de domínio sobre as entidades e organizações sociais, assim não sendo mais a única fonte de boas ações para a sociedade.

[...] O Terceiro Setor é composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não-governamental, dando continuidade às práticas tradicionais de caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil. (FERNANDES, 1997 p.27).

Nesse período o país passava por um período de mudança na era política, relacionada ao processo de transição de Império para República, acarretando a crescente urbanização e a industrialização das cidades brasileiras, acumulando ainda mais as questões sociais e aumentando a necessidade do povo, para atender essa grande demanda as Igrejas tiveram que se modernizar de acordo com a situação vigente.

As ONGs constroem-se e consolidam-se à medida que se cria e fortalece amplo e diversificado campo de associações civis, a partir sobretudo dos anos 70- processo que caminha em progressão geométrica pelas décadas de 80 e 90. As ONGs fazem parte desse processo e representam um papel em seu desenvolvimento. (TACHIZAWA,2002, p.24)

O processo de modernização começou a ganhar forma na década 30, com a criação do Estado Novo, dando às entidades do Terceiro Setor a regulamentação que estabeleceu a organizações associadas a terem o direito de receber subsídios e auxílios estatais, tudo isso vigorado pela legislação que declarava utilidade pública dessas instituições e pela formação do Conselho Nacional do Serviço Social (CNSS) em 1938.

Após algumas décadas a implantação regime militar, acabou contribuindo gradativamente a consolidação do Terceiro Setor no Brasil, devido à grande insatisfação política interna dos pais, os movimentos sociais ganharam mais forças, sendo eles ligados às organizações de caráter social e assistencialista. Com o fim da ditadura e retomada da democracia o Terceiro Setor passou a ter um importante papel na temática social, permanecendo com seu caráter sem fins lucrativos devido à redução dos gastos para esses segmentos, realizada pelo governo federal. Tal redução suscitou no aumento das responsabilidades dessas organizações e entidades, impelindo-as a assumir por conta próprias as demandas sociais.

Essas organizações não fazem parte do Estado, nem a ele estão vinculadas, mas se revestem de caráter público na medida em que se dedicam a causas e problemas sociais e em que, apesar de serem

sociedades civis privadas, não têm como objetivo o lucro, e sim o atendimento das necessidades da sociedade. (TENÓRIO, 2001 p. 07)

O Terceiro Setor tem se apresentado como uma alternativa vista pelo Estado para o auxílio nos tempos de crises econômicas junto à sociedade. Vários fatores acarretam ainda mais o agravamento das desigualdades sociais, aumentando assim sobre a sociedade civil responsabilidades de enfrentamento da questão social.

Montaño (2003) estabelece que nestes espaços não se visa lucro, onde o retorno financeiro não é o cerne da questão, e isso coaduna ao sistema capitalista e o Estado se aproveita desta forma alternativa de produção de serviços para diminuir sua atuação, fortifica uma ilusão acerca do desenvolvimento democrático com a participação da sociedade civil frente as intervenções para com as demandas sociais em que essa “parceria” baseada na solidariedade e ajuda, seria a solução para equilibrar e evitar um confronto por parte da sociedade, em que uma grande maioria destes usuários contentem-se em aceitar este serviços e permaneçam a disposição do sistema quando este ofertar em suas mais abrangentes formas de exploração da mão de obra do trabalhador propostas de emprego eu gerem ainda mais lucro para o sistema capitalista.

As inúmeras e novas configurações que a sociedade brasileira assumiu a partir do contexto da década de 1990, em sua democracia representativa já reinstituída, bem como o processo de inserção da agenda neoliberal¹ na estrutura social, política, econômica e cultural do país, contribuíram para a consolidação do fenômeno de surgimento massivo das organizações da sociedade civil, ou teoricamente chamado de terceiro setor².

O terceiro setor é formado por instituições de direito privado, sem fins lucrativos, e que buscam, dentro de suas finalidades, o alcance do bem-estar social. Essas entidades são constituídas de forma voluntária, pela união de pessoas que comungam de um mesmo interesse.

¹ O projeto neoliberal de inspiração monetarista, visa primordialmente a manutenção das margens de lucro dos capitalistas em detrimento dos direitos da classe trabalhadora. Aqui entende-se o sujeito “cidadão consumidor” e “cidadão usuário”, priorizando os valores individuais aos coletivos (CAMARGO, 2018, p. 95).

² “O conceito de terceiro setor descreve um espaço de participação e experimentação de novos modelos de pensar e agir sobre a realidade social. Sua afirmação tem o grande mérito de romper com a dicotomia entre o público e o privado, na qual o público era sinônimo de estatal e privado de empresarial. Estamos vendo o surgimento de uma esfera pública não-estatal e de iniciativas privadas com sentido público” (CARDOSO, 2005, p. 08).

O Terceiro setor é uma organização que tem iniciativa privada, sem fins lucrativos, e começou a ajudar o poder público na questão social, é organizado por um conjunto de instituições tais como: fundações, associações, ONGs (Organizações não Governamentais), prestando serviços conforme o artigo 3º das LOAS pela lei Nº 8742|93 de caráter público.

De acordo com a visão neoliberal sobre o Terceiro Setor, os desafios se dão na falta de maior disseminação sobre como é estruturado, como se expressa na visão nacional e no dinamismo de execução de interesse público, sua ligação com o setor privado e com o Estado. Procurar meios financeiros mais estáveis para a sua sustentabilidade financeira, administrativa e técnica.

Estimular, sensibilizar e produzir oportunidades para uma cooperação mais contextualizada e atual de voluntários, tanto na estabilidade financeira das organizações que o integra, como na laboração das atividades junto ao público usuário, e na coordenação delas.

No entanto, é importante ressaltar a lógica por trás do surgimento das instituições do Terceiro setor frente ao aumento da questão social, segundo Montaña esclarece que “O que se oculta, portanto, neste fenômeno de auto-responsabilização dos usuários particulares é um verdadeiro processo de des-responsabilização estatal (e do capital) com a resposta às sequelas da “questão social” (MONTAÑO, 2003, p.168)

Portanto, o pensamento de que o terceiro setor reforçaria, a solidariedade nada compensaria “em quantidade, qualidade, variedade e abrangência as políticas sociais e assistenciais abandonadas pelo Estado” (MONTAÑO, 1999 p.72-73).

Isto é, não se concretiza a garantia de direitos apenas na boa vontade. Esta concepção, de “amenizar” os impactos da questão social não serve para promover mudanças na realidade das pessoas, “O conceito de solidariedade empregado no debate do “Terceiro Setor “baseia-se no voluntarismo, na doação. Elimina, portanto, o direito de receber assistência e serviços. (MONTAÑO, 2003, p.1167)

Andrade(2015) afirma que este padrão de enfrentamento da questão social, é criado pelo Estado como maneira de afastar-se na responsabilização, e portanto, articula uma “parceria” com estas Organizações transmutando através de ações sociais serviços que “suprem” as necessidades do povo e diz que “As ações sociais não estão nas mãos do Estado: algumas podem ser compradas no mercado e outras podem ser recebidas como doação dos mais variados tipos de pessoas e/ ou

entidades.”(ANDRADE,2005,p. 25).

No século XX, mais especificamente em 1916, é que as organizações da sociedade civil, religiosas, dentre outras, passaram a ter um decreto do Código Civil, o qual consideravam-nas como “pessoas jurídicas de direito privado” (OLIVEIRA, 2015). Alguns anos mais tarde, em 1935, essas mesmas instituições passam a ser consideradas pelo Estado como entidades de utilidade pública (BRASIL, 1935).

De modo geral, no período entre as décadas de 1970 e 1980, as ONGs da América Latina e do Brasil, receberam fortes investimentos de organizações e entidades internacionais. Porém, com a derrocada desses investimentos, já na década de 1990, o Estado passa a se responsabilizar pelo repasse de recursos a essas instituições (MONTAÑO, 2007).

No contexto dos anos de 1990, onde o Estado já se apresentava distante da sua responsabilidade para com as necessidades sociais, o terceiro setor surge como uma nova promessa, conforme colocado por Falconer apud Calegare (p, 131, 2009) em que:

[...] a renovação do espaço público, o resgate da solidariedade e da cidadania, a humanização do capitalismo e, na medida do possível, a superação da pobreza. Uma promessa realizada através de atos simples e fórmulas antigas, como o voluntariado e filantropia, revestidas de uma roupagem mais empresarial.

É notório que a responsabilidade social antes colocada como primazia do Estado, reconfigura-se, tornando-se expansível a toda a sociedade civil, ocorrendo o que é denominado atualmente de (re)filantropização.

No que concerne às adequações ocorridas com relação ao surgimento do terceiro setor no país, em 1999 foi criada a Lei nº 9.790, conhecida como Lei do Terceiro Setor. A referida lei passa a classificar as entidades e organizações do Terceiro Setor como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), além de estabelecer parcerias entre Estado e sociedade civil, e inclui-se também o mercado, ou seja, as grandes empresas privadas. Anterior a esta lei, houve a Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que dispunha sobre o serviço voluntário. De acordo com o artigo 1º da referida lei, “Considera-se serviço voluntário, para os fins desta Lei, a atividade não remunerada prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza ou a instituição privada de fins não lucrativos que tenha objetivos cívicos,

culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência à pessoa” (BRASIL, 1998). A partir dessa lei, as organizações podem atuar sob a premissa de não terem compromisso ou responsabilidade em remunerar os indivíduos que têm o engajamento de fazer o bem de forma voluntária, de “boa-fé”.

Já no Novo Código Civil, sob a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, são estabelecidos os critérios nos quais se enquadram as entidades e instituições sem fins lucrativos, sendo pontuados do artigo 53 ao 61, e a respeito das fundações, ficam estabelecidos os requisitos do artigo 62 ao artigo 69 (BRASIL, 2002).

O terceiro setor é visto como uma alternativa e resposta às necessidades da população, sejam elas em quaisquer das áreas. No entanto, sabe-se que o seu surgimento se dá a partir do processo de refilantropização no que se refere a atuar diante da questão social, a qual é afirmada por Montaño como “ligação entre as classes, nas transformações necessárias à alta burguesia” (MONTAÑO, p. 53, 2007). Ou seja, trata-se de uma questão ideológica que perpassa pela lógica capitalista, isto é, envolvendo diversos atores com interesses diversos, sendo os dois principais: Estado e mercado (empresas privadas).

Ainda concordando com Montaño (2007), este pontua que o denominado terceiro setor possui uma “perspectiva hegemônica, em clara inspiração pluralista, estruturalista ou neopositivista, isola os supostos ‘setores’ um dos outros e concentra-se em estudar (de forma desarticulada da totalidade social) o que entende que constitui o chamado ‘terceiro setor’” (MONTAÑO, p. 51, 2007). Essa fragmentação e dicotomização resulta no esfacelamento das políticas públicas sociais, levando ao reducionismo das ações e serviços sociais que deveriam ser garantidos pelo Estado, “responsabilizando” então, a “sociedade civil” pelas ações solidárias e filantrópicas.

É de suma importância destacar que o terceiro setor tem se desenvolvido em um contexto econômico de mundialização do capital, expansão do mercado financeiro, desmonte dos direitos trabalhistas, a chamada era da uberização, ou seja, estratégias utilizadas pelo neoliberalismo para sua reestruturação. Sendo assim, o terceiro setor nada mais é do que uma estratégia do governo e do capital, como via de resposta às demandas da sociedade, inerentes ao sistema vigente.

Percebe-se, no tempo coevo, que cada vez mais as instituições, associações e entidades, dentre outras, têm aumentado expressivamente. Para Montaño (p. 57, 2007), “este conceito, mais do que uma ‘categoria’ ontologicamente constatável na realidade, representa um constructo ideal que, antes de esclarecer sobre um “setor”

da sociedade, mescla diversos sujeitos com aparentes igualdades nas atividades”. Tal discussão vai de encontro ao que alguns teóricos apontam a respeito do que de fato é o terceiro setor. Embora algumas organizações não governamentais possuam uma certa aproximação e comprometimento com os movimentos sociais, onde se constrói a ideia de defesa de causas e interesses coletivos, muitas delas acabam por legitimar a lógica da solidariedade e do voluntariado, tão defendida atualmente, ou seja, deve prevalecer aquilo que vise benefícios individuais.

É a partir dessa reflexão que então observamos a contradição existente no terceiro setor, donde a grande maioria das entidades que o compõem são denominadas “sem fins lucrativos”, no entanto, recebem recursos do Estado e grandes empresas privadas, recursos estes utilizados nas ações e serviços prestados à sociedade.

Ainda com relação ao financiamento dessas entidades, observa-se na conjuntura atual, que grande parte dos investimentos nessa esfera também tem sido feito por indivíduos, pessoas comuns, que são cooptadas a “fazerem a sua parte”, “fazerem o bem” ajudando “pessoas carentes” por meio de doações. A mídia tem utilizado de forte divulgação e propaganda do voluntariado, utilizando figuras públicas para esse “apelo social”.

Outro ponto importante consiste em analisar o período em que se deu a legitimação do terceiro setor na atualidade. Conforme já mencionado, o processo de reestruturação do capital tem também como principal característica, o esfacelamento das políticas sociais, reduzindo drasticamente os seus financiamentos, dando a entender que tal ação é necessária, dado o contexto de modernização do Estado. Porém, compreende-se que tal processo está imbricado somente em garantir cada vez mais lucro ao mercado. Não obstante, tal conjuntura dá abertura ao que se conhece atualmente pela intervenção da sociedade civil na esfera das políticassociais.

Isto posto, apreende-se que todas as “mudanças” coadunam para a manutenção e legitimação do capital voraz, que sabemos, na seara social, repercute como um verdadeiro desmonte dos direitos e garantias sociais da população, sendo estes, então, repassadas para o terceiro setor respondê-las. Devido a essa redução de recursos estatais na esfera social o terceiro setor ganha força para se projetar frente à sociedade, legitimando a lógica capitalista de que os problemas sociais

existentes – e que a cada momento e conjuntura surgem novas expressões da questão social – são de responsabilidade de toda a população. É então que se vê o grande aumento de entidades, associações, ONGs, dentre outros. A lógica é que cada vez mais isso resulte na diminuição e até mesmo extinção das políticas sociais, congelamento dos gastos, privatizações. Além de ampliar as instituições do terceiro setor, a minimização do Estado também implica na mercadorização dos serviços de saúde, educação, previdência, etc., favorecendo a lógica capitalista.

O apontamento feito anteriormente implica também no que muitos autores denominam de “nova questão social”, em virtude da remodelação das ações como resposta às demandas existentes. Ademais, o que se observa, conforme já colocado, são novas formas da questão social “que expressa a contradição capital-trabalho, as lutas de classes, a desigual participação na distribuição de riqueza social” (MONTAÑO, p. 187, 2007). Sendo assim, as ações de entidades filantrópicas as quais prezam pela lógica da solidariedade e da caridade, em detrimento da consolidação dos direitos duramente conquistados. Para Alencar (p. 458, 2009), a redução do Estado em assegurar o acesso aos direitos “altera substantivamente a orientação e a funcionalidade das políticas sociais [...]”.

Acerca da relação entre Estado, mercado do capital e terceiro setor, apreende-se que, conforme já fora exposto, tais organizações recebem financiamento do Estado para o provimento de recursos materiais e humanos além de facilidade no acesso a crédito bem como isenção fiscal, dentre outras regalias. O que se observa é que o Estado passa a negar e as políticas públicas, restringindo drasticamente os investimentos no âmbito social em suas diversas áreas (educação, saúde, assistência, habitação, dentre outras). Tudo isso desencadeia na oferta de políticas fragmentadas e focalizadas, além de precárias no que se refere à oferta e efetivação das mesmas (MONTAÑO, 2007).

3.1 O Trabalho do Instituto Social de Todo Coração com as Pessoas Idosas

O Instinto Social de Todo Coração, segundo entrevistada 1, nasceu de uma experiência pessoal durante sua infância. Esta experiência de contato com a pessoa idosa, a fez refletir sobre o desejo de fundar uma casa abrigo para pessoas idosas e depois de presenciar situações de abandono das pessoas idosas nas ruas de São Luís esse desejo tornou-se mais forte.

No ano de 1991, O instituto Social de Todo Coração começou a ter seu

surgimento concretizado. Inicialmente, as atividades eram desenvolvidas com crianças e mulheres, no entanto, o trabalho com as pessoas idosas ainda não fazia parte dos atendimentos do Instituto. A respeito disso a entrevista 1 relata que:

Em 1991, começou a nascer o Instituto, só que aí, eu tinha desviado um pouco dos idosos para as crianças. Mas com minha mente ampla terminou que eu queria abraçar o mundo todinho. Então, agora eu já queria todo mundo. Desenvolvi trabalhos com crianças, desenvolvi trabalhos com mulheres, mas nunca desenvolvi trabalhos com idosos e eu sempre amei ler para os idosos, contar histórias e ouvir as histórias deles. (ENTREVISTADA 1, 2022)

No ano de 2017, após uma perda na família, a entrevistada 1, relata que passou um período sem dar continuidade com as atividades do Instituto. No entanto, após alguns meses com planejamento retornou, e desta vez focando também no atendimento as pessoas idosas com o Programa Melhor Idade, e como a mesma afirma, é melhorando a idade, é viver melhor, são as melhores emoções e tudo isso colabora para impactar de forma positiva a qualidade de vida das pessoas idosas do centro de convivência do Instituto.

Este programa é direcionado as pessoas idosas e tem por finalidade desenvolver o potencial através de diversas atividades que contribuam com a capacidade de assumir seu lugar na sociedade.

Essas atividades são relacionadas ao esporte, lazer, cultura, alimentação, assistência e demais segmentos essenciais para garantir a qualidade de vida através destes serviços prestados.

Atualmente o Instituto possui sua sede em uma estrutura alugada e por não possuir recursos financeiros para sua autossustentabilidade depende de doações, uma dessas consiste na arrecadação de notas fiscais do programa chamado Maranhão Nota legal em que uma porcentagem do valor de cada nota coletada é revestido para doação das instituições da sociedade civil cadastradas no sistema e o Instituto é uma delas, além de contar com recursos próprios para suprir muito das necessidades existentes.

É através da captação destas doações que o Instituto consegue com muitas dificuldades se manter. Importante ressaltar, que além das atividades desenvolvidas com as pessoas idosas, existem outros segmentos da comunidade que são atendidos no Instituto, e os membros do quadro de funcionários, recebem um pagamento mínimo por seus trabalhos prestados, não chega a ser uma contratação efetiva, já que o Instituto não possui condições de empregar formalmente seus funcionários e

constantemente há mudanças em seu quadro de funcionários

Em relação a isto a entrevistada 1, relata que:

O quadro está sendo mudado. Algumas pessoas estão pedindo para sair porque não dão conta do trabalho e o pagamento é mínimo. O que entra da nota legal, eu distribuo entre eles, pago as despesas. Os dois últimos meses têm sido muito difícil, as dívidas estão acumuladas porque não conseguimos pagar.

Montaño (2003) enfatiza que muitas das Organizações sem fins lucrativos não possuem uma atividade de gerar fontes de recursos próprios e isto conseqüentemente acarreta em uma grande precisão na sua autossustentabilidade, dependendo assim de doações que consolidam um forte perfil da solidariedade, caracterizando essa ideologia da caridade o que fortalece ainda mais essa visão filantrópica da atuação dos serviços prestados no Terceiro Setor na sociedade.

Ainda, em termos de recursos para o instituto, a entrevistada 1, relata que está em parceria com outra Instituição denominada Gerando falcões, que também faz parte das Organizações sem fins lucrativos do Terceiro Setor. Essa parceria consiste em fazer o cadastro de todas as pessoas idosas atendidas no Instituto Social de Todo Coração no banco de dados da determinada Instituição para que assim tenha uma visibilidade das atividades que são desenvolvidas com este público alvo e assim consiga algum investidor para os projetos a se desenvolver. Tachizawa (2002, p. 30) afirma que “O fato de as ONGs terem seu próprio campo como universo de ação- um quarto delas atua para outras ONGs – pode revelar o estabelecimento de redes de trocas e prestação de serviços mútuos.”.

Isto é, essa forte ligação de solidariedade existente entre as mais diversas instituições da sociedade civil que compartilham do mesmo objetivo, e sabem o quão difícil é manter-se diante de grandes desigualdades sociais existentes e conseqüentemente acabam por apoiar umas às outras, e isto acaba por beneficiar o Estado, que segundo Montaño (2003), este, justifica uma “escassez” de recursos o que acaba por condicionar ainda mais a precarização das políticas sociais resultando na transferência de responsabilidade para o Terceiro Setor.

Atualmente o Instituto presta atendimento a 05 anos e já possui um quantitativo de 50 pessoas idosas sendo atendidas, sendo um número bem maior de mulheres em relação aos homens com idade que variam entre 60 à 85 anos.

Este projeto inicialmente pretendia atender 15 pessoas idosas, isto devido o Instituto possuir um espaço pequeno que não possibilitava comportar um público muito grande. Porém, ao decorrer do tempo o número de pessoas idosas passou a aumentar o que gerou uma fila de espera para participar do grupo de convivência do projeto

desenvolvido pelo Instituto.

Apesar do espaço não possuir uma estrutura apropriada para receber um grande público de pessoas idosas, a entrevistada 1, relata que mesmo assim o acolhimento passou a ser aberto devido à grande demanda que procura o Instituto para participar das atividades.

Os encontros no grupo de convivência acontecem uma vez na semana, e a demanda varia entre 20 a 25 pessoas idosas, o que facilita conciliar com o espaço pois nem sempre todos costumam ir no mesmo dia para os encontros.

As atividades consistem em trabalhar a socialização, o fortalecimento de vínculos, e a convivência das pessoas idosas através de atividades e dinâmicas que proporcionem momentos de interação e diversão, afinal são momentos assim que auxiliam na qualidade de vida deste público alvo. É com a colaboração de uma profissional de psicologia que o instituto conta para realização das atividades com as pessoas idosas.

Durante estes momentos são desenvolvidas atividades como rodas de conversas que objetivam compartilhar experiências com as demais pessoas idosas, Jogos de memorização que estimulam a observação e a capacidade de lembrar de objetos e imagens apresentados durante as atividades; dança, que estimula a coordenação e o movimento; pinturas, que objetivam experimentar através das cores e desenhos produzidos expressar sentimentos e habilidades criativas; Dinâmicas que envolvem ditados populares, passeios culturais, Música. Palestras.

Além do mais, é importante ressaltar que as atividades são pensadas também com a participação das pessoas idosas, em que é levado em consideração a opinião deles/delas acerca das atividades que eles/elas gostariam que fossem desenvolvidas nos próximos encontros.

Tudo isso com intuito de desenvolver atividades cognitivas e sociais para propiciar qualidade de vida para além do espaço do Instituto.

No período de observação foi possível analisar que durante o desenvolvimento das atividades a música é considerada um dos fatores de maiores expressividades, resgata a memória musical e possibilita a expressão corporal através de danças que remetem um período da sua juventude lembrados para muitos com muita felicidade.

No que tange a interação social percebida, é notório como as relações de amizade são estabelecidos nos encontros. Isto se torna ainda mais claro, quando ao encerrar o horário das atividades as pessoas idosas costumam se direcionar juntas

para locais em comuns ao retornar para suas residências.

Importante citar, que essas relações acabam por fazer com que outras pessoas idosas procurem o Instituto para participarem das atividades, sendo informadas por muitas que já frequentam o local.

Um outro ponto importante, diz respeito a situações em que existem mais de um membro da mesma família que fazem parte do projeto, e isto fortalece uma compreensão para determinar o quanto os impactos gerados podem alcançar ainda mais pessoas idosas que buscam por um envelhecimento com qualidade.

É perceptível a alegria das pessoas idosas em cada encontro no centro de convivência. Eles/ elas, sentem-se satisfeitos (as) em relação ao grupo, e isso é possível observar quando estão conversando entre si, e compartilhando seu dia a dia.

Eles dialogam acerca de diferentes assuntos, esclarecem que sair de casa e participar dos encontros os deixam com uma sensação muito boa em relação a possuírem uma vida ativa.

Destacam com orgulho a trajetória pessoal, falam sobre a família, sobre suas perspectivas de vida e os planos a serem concretizados.

A entrevistada 1, afirma que muitos dos familiares compartilham a relevância dos encontros, destacando como o trabalho realizado é fortalecedor para eles, uma vez percebido a alegria dos (as) mesmos em fazer parte de um grupo onde os momentos compartilhados estimulam interação social, novos aprendizados e o preenchimento do tempo livre.

Em relação a isto, um ponto bem interessante estar relacionado como este trabalho desenvolve uma função importante no fortalecimento dos vínculos familiares, uma vez que a família acompanha os resultados positivos na vida das pessoas idosas.

Isto é importante para compreender e analisar o quanto a sociedade deve desconstruir a visão de que a pessoa idosa não se encontra em condição de ser considerada capaz e com possibilidades de resolver muito das suas necessidades simplesmente pelo fato de possuir uma idade mais avançada.

Um apontamento importante a salientar é que a maioria do público atendido, possui uma independência e autonomia bem interessante uma vez que se deslocam de suas residências sozinhos (as) para os dias de encontro além de realizarem outras atividades do seu cotidiano.

O Instituto realiza durante o ano duas ações com as pessoas idosas, elaborada de forma voluntária com parceria de uma determinada empresa voltada ao segmento

de estética. Nestas ações, são ofertados serviços para proporcionar um dia de lazer e bem estar.

Outro ponto acerca destes encontros nos grupos de convivência consiste em destacar que o Instituto estabelece uma outra parceria com uma instituição religiosa em que está se faz presente uma vez no mês para realizar de forma voluntária o direcionamento das atividades realizadas com as pessoas idosas.

Esta prática voluntária reforça ainda mais a ação solidária, que segundo Montaño (2003, p.184) “valores de solidariedade local, autoajuda e ajuda mútua [...] os valores da iniciativa individual em prol do bem público.”

Isto é, nestes espaços o fazer benevolência em prol dos mais vulneráveis confronta a criticidade da lógica da garantia de direitos que deveria ser tratado dentro do Terceiro Setor como espaço em que a sociedade procura através dos serviços disponibilizados uma solução para muitos dos problemas enfrentados na realidade em que vivem.

Ademais, por estar em atuação a pouco tempo o Instituto Social de Todo Coração vem tentando com toda dificuldade relatada desenvolver com este projeto qualidade de vida e proporcionar dignidade as pessoas

3.2 Serviço Social no campo de pesquisa: Crítica ao trabalho voluntário neste espaço sócio-ocupacional de atuação do assistente social

É interessante ressaltar aqui que o Instituto conta com a colaboração de uma profissional do Serviço Social que atua em outros locais com vínculos empregatícios formais, porém desenvolve de maneira voluntária suas atividades no Instituto. Entre essas atividades, coordena e planeja o trabalho com as pessoas idosas como relata a entrevistada 1, auxiliando na medida do possível. É nesse contexto que Andrade (2015), acerca do trabalho do assistente social nestes espaços de trabalho na condição de voluntário(a), Andrade (2015, pg. 141) afirma que:

Para o assistente social, a ação voluntária, na medida em que está inserida cada vez mais na resposta à questão social, representa ou tende a significar uma substituição de espaços de trabalho. Isso pode levar tendencialmente a uma redução da contratação de profissionais, muito mais no nível da precarização das políticas sociais públicas.

No entanto, sob esta forma de trabalho voluntário, percebe-se uma perda de mais um espaço sócio-ocupacional de trabalho para o assistente social visto que o

Serviço Social é uma profissão de caráter sociopolítico, crítico e investigativo, que se situa no processo de reprodução das relações sociais. Contribui através de suas atribuições, com planejamentos, organizações e administrações de programas e projetos em demandas sociais dentro do Terceiro Setor. Todo profissional tem como objetivo o desenvolvimento socioeconômico dos usuários para fins de garantir benefícios e serviços de âmbito social.

No entanto, devido a esta precarização relacionada as condições de trabalho resultante da restauração do capitalismo, o assistente social se depara com situações que acarretam uma série de dificuldades que contrariam a valorização do profissional dentro do Terceiro Setor.

Montaño (2003) de uma maneira certa estabelece que devido a um contexto rodeado de situações que propiciam a desvalorização do assistente social no Terceiro Setor que envolvem desde as condições de trabalho, salários incompatíveis entre outros tantos fatores, faz com que cada vez a contratação destes profissionais sejam diminuídas atribuindo a outros profissionais que não possuem a capacidade crítica analítica desenvolvidas por profissionais do Serviço Social, responder as demandas sociais emergentes devido ao sistema capitalista na sociedade. Ainda complementa afirmando que é por causa dessa maneira errônea de ser compreendida os serviços nesses espaços do Terceiro Setor que comumente lhe é atribuído como trabalho voluntário de caráter assistencialista a prática do assistente social.

É necessário ter nos espaços de trabalho do Terceiro Setor um profissional que possua a capacidade de analisar as necessidades da população usuária e contribua com a qualidade nos atendimentos, pois somente o assistente social é capaz de exercer tais serviços frente as desigualdades sociais, inclusive a Lei 8.662, de 07 de Junho de 1993 que regulamenta a profissão, esclarece as competências e atribuições em seus Art. 4º e 5º e, portanto, na ausência deste compromete a execução adequada na intervenção social.

A respeito, disto, a entrevistada 1, relata que devido a isto, existem obstáculos que interferem na resolução de um melhor atendimento no que tangem ao trabalho que só pode ser desenvolvido pelo assistente social e deixa claro a falta de um profissional do Serviço Social que esteja atuando no Instituto em tempo integral.

Ela coordena o trabalho com os idosos fazendo o planejamento, mas a gente realmente tem a falta de um assistente social aqui dentro para

ver as necessidades do dia a dia, por exemplo, eu não tenho uma boa ficha social preenchida de cada um deles porque não temos um profissional para fazer. (ENTREVISTADA 1,2022)

Aponta-se aqui o quão importante os instrumentais de trabalho para o profissional de Serviço Social faz-se necessário no ambiente de trabalho do assistente social, portanto, fundamentais para sua intervenção junto aos usuários, no entanto, deve haver sempre o diálogo que envolva as competências ético-político, teórico-metodológico e técnico operativa, sendo que não se utiliza uma mais do que a outra na atuação profissional, e portanto sua intervenção transforme a realidade do usuário a partir do conhecimento correto entre ambas o que caracteriza também o avanço da prática profissional não rementindo ao tempo do conservadorismo na profissão e às práticas imediatistas.

Guerra (2005) aponta que a instrumentalidade do Serviço Social, vai além do simples uso dos instrumentais utilizados pelos/pelas assistentes sociais. É necessário ter em sua compreensão que o fazer profissional é associado as experiências vividas no dia a dia, o que lhe permite compreender em sua totalidade possibilitando uma intervenção realmente transformadora na realidade social de cada indivíduo.

Lavoratti e Costa (2016) apresentam que os diferentes espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais é constantemente desafiador, uma vez que é necessário estar sempre analisando a prática profissional e a reflexão para que assim não venha a conflitar a práxis profissional a partir de diversas demandas no decorrer do cotidiano profissional. Isto é, é importante ter a compreensão que a realidade está sempre em constante modificações portanto é necessário pensar na intervenção profissional não como algo meramente mecânico frente aos desafios que se apresentam, mas como possibilidades de transformação como afirma Sousa.

[...] o que se coloca para o Assistente Social hoje é sua capacidade criativa, o que inclui o potencial de utilizar instrumentos consagrados da profissão, mas também de criar outros tantos que possam produzir mudanças na realidade social, tanto em curto quanto em médio e longo prazos. (SOUSA, 2008, p. 124)

O mesmo autor complementa ainda que a instrumentalidade do serviço Social deve ir além das particularidades da profissão como forma de ampliar a atuação profissional e, portanto, possibilitar as mais diversas condições de intervenção profissional resultando mudanças na realidade social de seus usuários.

Assim, Guerra reflete o sentido da intervenção profissional.

A clara definição do “Para quê” da profissão, possível desde que iluminada uma racionalidade (como forma de ser e pensar) que seja dialética conectada à capacidade de responder eficazmente às demandas sociais, [...], mas também um conjunto de estratégias e táticas desenvolvida e criadas no processo histórico, no movimento da realidade. (GUERRA, 2004, p. 115-6)

É possível compreender que o Serviço Social ainda possui muitas dificuldades em relação a sua valorização dentro do Terceiro setor, principalmente quando estes não possuem condições de empregar esta categoria profissional. No que se refere ao campo de pesquisa, durante o processo de observação a presença de uma/uma assistente social na instituição acarreta muitas demandas a procura de informações e orientações adequadas a fim de serem encaminhados da forma correta a rede de proteção do território.

Claramente, ao se deparar com esse aumento gradativo de demandas nestes espaços, se torna possível compreender que o Estado não ampara de forma absoluta o acolhimento adequado as pessoas idosas em nossa sociedade visto as mais diversas necessidades e desafios constantes surgidos, e isso, faz com que uma parte da sociedade civil adentre em questões que deveriam ser de responsabilidade Estatal causando assim uma dualidade, em que ao mesmo tempo que se responsabiliza por demandas sociais mesmo sem ter o suporte necessário, mantém o Estado afastado, tornando assim as classes vulnerabilizadas ainda mais desfavorecidas em serviços de direitos sociais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho possibilitou uma melhor compreensão acerca do processo de envelhecimento e velhice, permite ampliar o conhecimento sobre este segmento da sociedade que vem tendo notoriedade conforme os estudos apontam o aumento gradativo desta população, isto significa dizer que o País deve se preparar para acolher de forma humanizada as pessoas idosas em todos os setores da sociedade com Políticas Públicas que visem proporcionar qualidade de vida.

Percebe-se ainda que para cada indivíduo o processo de envelhecimento se apresenta de uma forma diferente e muito disto é decorrente das condições de vida em que a pessoa idosa foi submetida ao longo do tempo.

Além do mais, a pesquisa trouxe uma análise acerca dos direitos das pessoas idosas conquistadas ao decorrer do tempo, e como essas legislações são necessárias para garantir através dos benefícios adquiridos uma melhor condição de vida, principalmente para as pessoas as quais se encontram em uma esfera social com maior índice de desigualdade, uma vez que o país possui regiões que apresentam diferentes condições de vida para cada indivíduo, e conseqüentemente uma forma de envelhecer desigual.

É importante citar também que as pessoas idosas encontram grandes desafios na sociedade, causados por preconceito e estigma a esse segmento social.

Para isso, é preciso haver uma maior publicização acerca dos direitos das pessoas idosas no meio social, sendo necessário respeitar a participação da pessoa idosa na sociedade.

Na velhice, ter qualidade de vida é um aspecto essencial para que as pessoas idosas possuam o máximo de autonomia e realizem suas atividades. Tendo em vista a realidade estudada para a construção deste trabalho, foi possível observar que a Independência é um dos fatores principais para amenizar os impactos do envelhecimento.

Cabe ressaltar a importância dos centros de convivência de apoio as pessoas idosas, os quais desempenham grande significado na qualidade de vida a este público, pois possibilita através dos encontros, fornecer momentos de interação social entre essas pessoas, evitando o isolamento social.

Tendo em vista isto, O Instituto Social de Todo Coração desempenha dentro

das suas possibilidades extrema relevância no acolhimento das pessoas idosas que buscam participar do trabalho oferecido para com esta demanda social.

Neste sentido, ressalta-se destacar a problemática relacionada a autossustentabilidade deste espaço, ou seja, não detém de nenhum financiamento Estadual para o seu funcionamento, sendo, portanto, fruto de iniciativa própria sua fundação, ou seja, mais uma instituição que faz parte da sociedade civil em que sua atuação visa acolher demandas que deveriam ser de responsabilidade Estadual, uma vez que este público atendido deve ser priorizado na agenda do País, já que a questão do envelhecimento vem se tornado cada vez mais evidenciada.

Outrossim desta pesquisa, está relacionado a atuação do assistente social nestes espaços, como sendo de uma forma voluntária, o que caracteriza uma grande perda, tanto para a sociedade, quanto para a profissão, pois concerne dizer que há ainda um grande desafio a ser enfrentado como tantos outros referentes a desvalorização por parte do Estado em assegurar Políticas Sociais que se fazem necessárias chegar a locais em que o profissional de Serviço Social possa trabalhar na garantia de direitos de forma apropriada, como no caso do Instituto Social de Todo Coração que infelizmente não atua de forma a proporcionar a garantia de direitos sociais de forma efetivada.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.
- Serviço Social e Envelhecimento** / organizadora, Solange Maria Teixeira – Teresina: EDUFPI, 2020.
- HAGEN, Suleica Iara. **Políticas Públicas para o envelhecimento: atuação dos conselhos de direito da pessoa idosa**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Florianópolis, 2011.
- MASCARO, Sonia de Amorim. **O que é velhice**. In: Coleção Primeiros Passos (310). São Paulo: Brasiliense, 2004.
- ARALDI, Marilani. **A descoberta de projetos de vida – contribuição do projeto idoso empreendedor no processo de envelhecimento**. Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social, UFSC. Florianópolis: 2008.
- SALGADO, Marcelo Antonio. Os Grupos e a ação pedagógica do trabalho social com idosos. Políticas públicas para a habitação do idoso. **A Terceira Idade**, v. 39, São Paulo, 2007.
- SIMÕES, R. **(Qual)idade de vida na (qual)idade de vida**. In: MOREIRA, W. W.(org.) **Qualidade de vida: complexidade e educação**. Campinas: Papyrus, 2001.
- ALMEIDA, Vera Lucia Valsecchi de. Modernidade e velhice. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez. Ano XXIV, n.75, p. 35-54. Edição Especial 2003.
- NOTARI, Maria Helena de Aguiar; FRAGOSO, Maria Helena J. M. de Macedo. **A Inserção do Brasil na Política Internacional de Direitos Humanos da Pessoa Idosa**. Revista Direito GV, São Paulo 7(1) | p. 259-276 | jan-jun 2011.
- ONU, **Plano de Ação Internacional sobre Envelhecimento**, 2002 / Organização das Nações Unidas; tradução de Arlene Santos. – Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003. — 49 p. : 21 cm. – (Série Institucional em Direitos Humanos; v. 1).
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Síntese de Indicadores Sociais 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminim>

os/sinteseindicisociais2008/default.shtm. Acesso em: 16 de agosto de 2022.

MAGALHÃES, Dirceu Nogueira. **A invenção social da velhice**. Rio de Janeiro, edição do autor, 1989.

ROCHA, Cíntia et al. Como mulheres viúvas de terceira idade encaram a perda do companheiro. **Rbceh - Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, Passo Fundo, p.65-73, 25 jul. 2005. Disponível em: 65. Acesso em 10 de outubro de 2022.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Cidadania e direitos da pessoa idosa**. 2007.

CAMARANO, Ana Amélia. **Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica**. 2002.

SALGADO, Marcelo Antonio. Os Grupos e a ação pedagógica do trabalho social com idosos. Políticas públicas para a habitação do idoso. **A Terceira Idade**, v. 39, São Paulo, 2007.

CARNEIRO, Roberto Silva. Qualidade de vida, apoio social e depressão em idosos: **relações com habilidades sociais**. *Psicol. reflexo cri.* 2016, dez/set;20(2):229-37.

SILVA, Anna Cruz de Araújo Pereira da. **O papel da ONU na elaboração de uma cultura gerontológica**. In: A terceira idade: Estudos sobre envelhecimento. São Paulo: Sesc, V.I 18 n. 39, 2007..

BEAUVOIR, Simone de. **A Velhice**. Tradução de Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

IAMAMOTO, Marilda Villela. & CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1983.

CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO, Maria Tereza. **O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas**. Os novos idosos brasileiros: muito além dos, v. 60, n. 1, p. 253-292, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

Instrumentos técnicos-operativos no Serviço Social: um debate necessário/ Cleide Lavoratti; Dorival Costa (org). Ponta Grossa: Estúdio Teexto, 2016.

PASCHOAL, Sérgio Márcio Pacheco. **Qualidade de vida na velhice**. In: FREITAS, Elizabete Viana de. Tratado de geriatria e gerontologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO, Maria Tereza. **O Envelhecimento Populacional na Agenda das Políticas Públicas**. Rio de Janeiro, IPEA, 2004. 604p.

(Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA – set/2004).

ONU, **Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos**, OEA/Ser.P 15 e 16 de junho de 2015 AG/doc.5493/15 corr.1 Washington, D.C. 14 junho 2015 Original: espanhol. 2015.

OLIVEIRA, Eider Arantes, e Godói-de-Sousa, Edileusa (2015). **O Terceiro Setor no Brasil**: avanços, retrocessos e desafios para as Organizações Sociais. Revista Interdisciplinar de Gestão Social. set./dez. 2015.

_____. Ministério da Saúde. **Lei nº 10.741**, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Brasília, DF. out. 2003.

_____. **Lei nº 8.742** de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Publicada no DOU dia 08 de dezembro de 1993.

_____. **Lei nº 8.842**, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF, 2004.

_____. Lei nº 12.213 de 20 de janeiro de 2010. Institui o **Fundo Nacional do Idoso** e autoriza deduzir do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas as doações efetuadas aos Fundos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso; e altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995. Brasília, DF, jan. 2010.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. **Terceiro Setor e Questão Social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MAGALHÃES, Dirceu Nogueira. **A invenção social da velhice**. Rio de Janeiro, edição do autor, 1989.

NERI, Anita Liberalesso (Org.). **Qualidade de Vida e Idade Madura**. Campinas: Papyrus, 1993.

CARNEIRO, Roberto Silva. Qualidade de vida, apoio social e depressão em idosos: **relações com habilidades sociais**. Psicol. reflexo cri. 2016, dez/set;20(2):229-37

APÊNDICE I

ROTEIRO DA ENTREVISTA COM A FUNDADORA DO INSTITUTO SOCIAL DE TODO CORAÇÃO

1. Quando e como surgiu o Instituto Social de Todo Coração?
2. Quando iniciaram as atividades com as pessoas idosas?
3. Quantas pessoas idosas são atendidas no Instituto?
4. Como as pessoas idosas ficam sabendo das atividades de convivência do Instituto?
5. Como o Instituto se mantém em relação aos recursos financeiros?
6. Em relação aos funcionários como é estabelecida a contratação?
7. Quais os impactos do programa Melhor idade na qualidade de vida das pessoas idosas atendidas no Instituto?
8. Quais as dificuldades que o Instituto encontra diariamente?
9. Quais os parceiros que colaboram com o Instituto?
10. Em relação ao assistente social, como este/esta atua no Instituto?

APÊNDICE II

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (CLE)

Título: IMPACTOS DO PROGRAMA MELHOR IDADE NA QUALIDADE DE VIDA DA PESSOA IDOSA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO INSTITUTO SOCIAL DE TODO CORAÇÃO EM SÃO LUÍS - MA

OBJETIVO DO ESTUDO: O objetivo deste projeto é analisar os impactos do programa melhor idade na vida da pessoa idosa através das atividades desenvolvidas pelo Instituto Social de Todo Coração.

ALTERNATIVA PARA PARTICIPAÇÃO NO ESTUDO: Você tem o direito de não participar deste estudo. Estamos coletando informações para compreender como as pessoas idosas são atendidas no Instituto Social de Todo Coração através do Se você não quiser participar do estudo, isto não irá interferir na sua vida profissional/estudantil.

PROCEDIMENTO DO ESTUDO: Se você decidir integrar este estudo, você participará de uma entrevista em grupo e/ou de uma entrevista individual que durará aproximadamente 1 hora, bem como utilizaremos seu trabalho final como parte do objeto de pesquisa.

GRAVAÇÃO EM ÁUDIO: Todas as entrevistas serão gravadas em áudio. As gravações serão utilizadas somente para coleta de dados. Se você não quiser ser gravado em áudio, você não poderá participar deste estudo.

RISCOS: Você pode achar que determinadas perguntas incomodam a você, porque as informações que coletamos são sobre suas experiências pessoais. Assim você pode escolher não responder quaisquer perguntas que o façam sentir-se incomodado.

BENEFÍCIOS: Sua entrevista ajudará a obter informações sobre os impactos que a pessoa idosa adquire através de atividades desenvolvida pelo Instituto Social de Todo Coração para sua qualidade de vida na sociedade, mas não será, necessariamente, para seu benefício direto. Entretanto, fazendo parte deste estudo você fornecerá mais informações sobre o lugar e relevância desses escritos para própria instituição em questão.

CONFIDENCIALIDADE: Como foi dito acima, seu nome não aparecerá nas

fitas de áudio, bem como em nenhum formulário a ser preenchido por nós. Nenhuma publicação partindo destas entrevistas revelará os nomes de quaisquer participantes da pesquisa. Sem seu consentimento escrito, os pesquisadores não divulgarão nenhum dado de pesquisa no qual você seja identificado.

DÚVIDAS E RECLAMAÇÕES: Esta pesquisa está sendo realizada no Instituto Social de Todo Coração. Aluna Gleysiane Maria Gama, pesquisadora principal, sobre a orientação da Prof.^a Izamara Nunes Sousa. As investigações estão disponíveis a qualquer dúvida que você tenha. Você terá uma via deste consentimento para guardar com você. Você fornecerá nome, endereço e telefone de contato apenas para que a equipe do estudo possa lhe contactar em caso de necessidade.

Eu concordo em participar deste estudo.

Assinatura: _____

Data: ____/____/____

Endereço: _____

Telefone de contato: _____

Assinatura (Pesquisador): _____

Nome: _____

Data: ____/____/____

APÊNDICE III

IMAGENS DE ATIVIDADES REALIZADAS PELO INSTITUTO SOCIAL DE TODO CORAÇÃO



Fachada do Instituto.
Fonte: autora



Palestra Educativa
Fonte: autora



Atividade de alongamento Corporal
Fonte: autora



Recreação
Fonte: autora



Atividade com Igreja Voluntária
Fonte: autora



Dinâmica em grupo
Fonte: autora